



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

BOLETIM DE SERVIÇO

Boletim Oficial de Atos Administrativos

(Art. 1º da Lei nº 4.965, de 05 de maio de 1966)

ANO VII - Nº 08

Quarta-feira, 14 de janeiro de 2026



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

Luiz Inácio Lula da Silva
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Camilo Sobreira de Santana
MINISTRO DA EDUCAÇÃO

João Paulo Sales Macedo
REITOR

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

PORTARIAS

PORTARIA Nº 29, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA – UFDPar, no uso de suas atribuições pela Portaria Nº 122, de 09 de fevereiro de 2023, considerando o processo nº 23855.000154/2026-09, resolve:

Art. 1º Designar RAPHAELA DA MOTA SILVA, SIAPE nº 1182975, Diretora Administrativa - DA/PRAD(CD-03), para substituir RAFAEL ARAÚJO SOUSA FARIAS, SIAPE nº 1268315, Pró-Reitor de Administração - PRAD(CD-02), no período de 15/01/2026 a 31/01/2026, por motivo de férias do titular.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AURELIO VINICIUS ARAUJO SILVA
PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 30, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA – UFDPar, no uso de suas atribuições pela Portaria Nº 122, de 09 de fevereiro de 2023, considerando o processo nº 23855.008660/2025-46, resolve:

Art. 1º Designar LUCELIA COSTA ARAÚJO, SIAPE nº 1305301, Chefe da Divisão de Esporte e Cultura - DEC/CAECE/PREX(FG-01), para substituir ELIAS BORGES DO NASCIMENTO JUNIOR, SIAPE nº 1059566, Coordenador de Apoio à Graduação, Esporte e Cultura - CAECE/PREX(CD-04), no período de 17/01/2026 a 31/01/2026, por motivo de férias do titular.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AURELIO VINICIUS ARAUJO SILVA
PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

REITORIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

EDITAIS

EDITAL Nº 01, DE 12 DE JANEIRO DE 2026

CONCURSO PÚBLICO PARA DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

O Reitor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que estabelecem o Decreto Nº 9.739/2019; o Art. 66 da Lei Nº. 9.394/96 (LDBEN); o Decreto Nº 8.259/2014; às Leis nº 12.772/2012, 12.863/2013 e 15.141/2025; a Resolução Nº. 135/23-CONSUN/UFPI e suas alterações e a Portaria Interministerial MEC/MPOG Nº 405, de 30 de agosto de 2012 e a Portaria Nº 243, de 22 de março de 2013, Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC Nº 260, de 26/06/2025, e a Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI Nº 261, de 27/06/2025, e considerando o processo 23855.007751/2025-48 torna público que estão abertas as inscrições para o provimento de **28 (vinte e oito) vagas** docentes da Carreira do Magistério Superior existente na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), na cidade de Parnaíba/PI, observadas as disposições legais e aplicáveis e normas contidas neste Edital.

1. REGIME JURÍDICO, VAGAS, REMUNERAÇÃO E LOTAÇÃO

1.1 Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, instituído pela Lei nº. 8.112/1990.

1.2 São oferecidas **28 (vinte e oito) vagas** para docentes do Magistério Superior, todas vinculadas à **Classe A, Nível 1, Assistente**, com Regime de Trabalho conforme especificado no Quadro de Perfil da Vagas a seguir:

Quadro 1 – Perfil de Vagas

Área	Nº de Vagas	Regime de Trabalho	Perfil do Candidato	Valor da Inscrição
Hotelaria, Gastronomia e Eventos	02	DE	Graduado em Turismo, com Doutorado em Turismo e/ou áreas afins.	R\$ 332,22
Língua Inglesa	01	DE	Graduação em Letras-Inglês ou Letras Português/Inglês com Doutorado em Letras-Inglês ou Linguística Aplicada ou Linguística ou Estudos Linguísticos ou Estudos Literários.	R\$ 332,22
LIBRAS	02	DE	Graduação em Letras-Libras com Doutorado em Letras ou Educação ou áreas afins.	R\$ 332,22
Ensino de Biologia	01	DE	Licenciatura em Biologia, com Doutorado em Biologia ou Educação ou Ensino.	R\$ 332,22
Pesca Continental e Pesca Oceânica	01	DE	Graduação em Engenharia de Pesca com Doutorado na área de Recursos Pesqueiros ou Engenharia de Pesca, com tese na área do concurso e, no mínimo, cento e oitenta dias de mar embarcado com registro devidamente comprovado* *Comprovação: Anotações de carteira de trabalho, contratos de trabalho, caderneta de inscrição e registro de embarque ou outros documentos correlatos.	R\$ 332,22
Topografia, Sensoriamento Remoto e Georreferenciamento	01	DE	Graduação em Engenharia de Pesca, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, ou em Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, ou em Engenharia Cartográfica, ou em Engenharia de Agrimensura e doutorado na área do concurso.	R\$ 332,22
Psicologia/ Psicanálise	01	DE	Graduação em Psicologia com Doutorado em Psicologia.	R\$ 332,22
Fisioterapia musculoesquelética e terapias afins	01	DE	Graduação em Fisioterapia com Doutorado em Fisioterapia ou áreas afins.	R\$ 332,22
Fisioterapia em saúde coletiva e em grupos específicos	01	DE	Graduação em Fisioterapia com Doutorado em Fisioterapia ou áreas afins.	R\$ 332,22
Fisioterapia aplicada à reabilitação e integrada à área básica	01	DE	Graduação e m Fisioterapia com Doutorado em Fisioterapia ou áreas afins.	R\$ 332,22
Biomedicina	01	DE	Graduação em Biomedicina com Doutorado na área de Ciências da Saúde ou Ciências Biológicas com área de concentração em Análises Clínicas.	R\$ 332,22
Direito	01	DE	Graduação em Direito com Doutorado em Direito ou Ciências Jurídicas.	R\$ 332,22
Clínica Médica / Cardiologia	01	40h	Graduação em medicina e no mínimo título de especialista ou com residência médica em clínica médica.	R\$ 124,40
Ginecologia e Obstetrícia	01	40h	Graduação em medicina e no mínimo título de especialista ou com residência médica em ginecologia e obstetrícia.	R\$ 124,40
Pediatria	01	40h	Graduação em medicina e no mínimo título de especialista ou com residência médica em Pediatria.	R\$ 124,40
Medicina de Família e Comunidade	01	40h	Graduação em medicina e no mínimo especialista ou titulado ou com residência médica em medicina de família e comunidade.	R\$ 124,40
Psiquiatria	01	40h	Graduação em medicina e no mínimo especialista na grande área da saúde mental ou título de especialista em Psiquiatria ou com residência médica em Psiquiatria.	R\$ 124,40
Farmacologia	01	DE	Graduação em Farmácia com doutorado em Farmacologia ou Ciências Farmacêuticas (área de Farmacologia); ou Graduação em Medicina com doutorado em Farmacologia ou Ciências Farmacêuticas (área de Farmacologia).	R\$ 332,22
Economia	02	DE	Graduado em Ciências Econômicas, com Doutorado em Economia ou áreas afins.	R\$ 332,22

Inteligência Artificial	04	DE	Graduação em Inteligência Artificial ou Ciência da Computação ou Sistema de Informação ou Engenharia da Computação ou Tecnólogos no eixo Informação e Comunicação; com Doutorado em Ciência da Computação ou Inteligência Artificial ou em outras áreas, com tese e publicações em inteligência artificial e/ou experiência como orientador(a) em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu com trabalhos em Inteligência artificial (comprovar com declaração da Instituição de ensino e com a dissertação, tese e artigos), e/ou experiência mínima de 2 anos como docente em disciplinas relacionadas com os temas 2 a 10 do Anexo VII (comprovar com declaração da Instituição de ensino e PPC do curso)	R\$ 332,22
Música - Instrumentos de cordas friccionadas	01	DE	Graduação em Música com ênfase/habilitação em Violino, Viola de orquestra, Violoncelo ou Contrabaixo acústico; com Doutorado em Música, Artes ou áreas afins (com tese relacionada à área de instrumentos de cordas friccionadas).	R\$ 332,22
Música - Instrumentos de sopro de metal	01	DE	Graduação em Música com ênfase/habilitação em Trompete, Trombone, Tuba ou Trompa; com Doutorado em Música, Artes ou áreas afins (com tese relacionada à área de instrumentos de sopro de metal).	R\$ 332,22

1.3 Os candidatos aprovados e classificados serão nomeados e lotados na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), dentro do prazo de validade do concurso e à medida das necessidades da UFDPar.

1.4 O professor nomeado atuará em componentes curriculares, tanto da área do concurso quanto de áreas afins, assim como desempenhará as atribuições peculiares ao cargo, descritas no item 5.2 deste Edital e na Resolução CONSUNI nº 79/2024.

1.5 Os professores serão nomeados para Classe e Regime de trabalho, de acordo com a titulação, indicado no Quadro de Perfil de Vagas (Quadro 1).

1.6 A Remuneração, compreendendo Vencimento e Retribuição por Titulação (RT), conforme disposto em Lei, encontra-se discriminada no **Quadro 2**:

Quadro 2 - Remuneração

Classe, Nível I-Regime de Trabalho	Vencimento Básico	Retribuição por Titulação		
Classe A - DE	R\$ 6.180,85	Especialização	Mestrado	Doutorado
		R\$ 1.236,18	R\$ 3.090,43	R\$ 7.107,98
Classe A - 40h	R\$ 4.326,60	Especialização	Mestrado	Doutorado
		R\$ 648,99	R\$ 1.622,48	R\$ 3.731,69

1.7 Durante o estágio probatório previsto na Lei Nº 8.112/90, o candidato empossado não poderá ser removido a pedido.

1.8 A UFDPar poderá autorizar o aproveitamento de candidato aprovado, mas não nomeado, no número de vagas previsto neste Edital, obedecendo à ordem de classificação, para ser nomeado por outra Instituição Federal de Ensino, obedecendo ao disposto no Acórdão nº 4623-28/2015.1 da Primeira Câmara do TCU.

2. INSCRIÇÕES

2.1 Período: as inscrições ocorrerão no período de **15/01/2025 a 15/02/2026**, conforme cronograma a seguir:

Quadro 3 - Cronograma

DATA	EVENTO
14/01/2026	Publicação do Edital no Diário Oficial da União
15/01 a 19/01/2026	Impugnação do Edital
15/01 a 20/01/2026	Solicitação de isenção da taxa de inscrição até às 23h59.
15/01 a 15/02/2026	Período de inscrições (até às 23h59min de 15/02/2026).
22/01/2026	Divulgação do resultado de isenções de inscrição
23/01 a 27/01/2026	Interposição de recursos contrários ao resultado de isenções de inscrição
28/01/2026	Divulgação do julgamento dos recursos contrários ao resultado de isenções de inscrição
23/02/2026	Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas
24 a 26/02/2026	Interposição de recursos contrários ao deferimento ou indeferimento de inscrições
27/02/2026	Divulgação do julgamento dos recursos e homologação das inscrições
27/02/2026	Publicação das Bancas Examinadoras
02/03 a 04/03/2026	Impugnação das Bancas Examinadoras
05/03/2026	Sorteio Público da Distribuição das Vagas Reservadas para Cotas
15/03/2026	Prova Escrita Áreas: Direito; Economia; Fisioterapia musculoesquelética e terapias afins; Fisioterapia em saúde coletiva e em grupos específicos; Fisioterapia aplicada à reabilitação e integrada à área básica.
29/03/2026	Prova Escrita Áreas: Clínica Médica / Cardiologia; Ginecologia e Obstetrícia; Pediatria; Medicina de Família e Comunidade; Psiquiatria.
12/04/2026	Prova Escrita Áreas: Farmacologia; Psicologia/Psicanálise; Ensino de Biologia; Pesca Continental e Pesca Oceânica; Topografia, Sensoriamento Remoto e Georreferenciamento.
26/04/2026	Prova Escrita Áreas: Biomedicina; LIBRAS; Hotelaria, Gastronomia e Eventos; Língua Inglesa.
03/05/2026	Prova Escrita Áreas: Inteligência artificial; Música - Instrumentos de cordas friccionadas; Música - Instrumentos de sopro de metal.
* As etapas subsequentes à Prova Escrita serão definidas e divulgadas pela Banca Examinadora da respectiva área, conforme estabelece o item 2.1.1 deste Edital. ** O resultado do recurso interposto pelo candidato, em qualquer etapa do concurso, será afixado no mural externo da Coordenação do respectivo Curso. *** A divulgação do resultado das etapas do concurso será por meio do sítio da universidade (https://ufdpar.edu.br/ufdpar/UFDPAR/editais-progep).	

2.1.1 O cronograma da realização das provas será elaborado e publicado pela respectiva Banca Examinadora na página institucional da UFDPAR (<https://ufdpar.edu.br/ufdpar/UFDPAR/editais-progep>).

2.1.2 O sorteio da distribuição das vagas reservadas será realizado às 14h30 do dia 05/03/2026 na sala 53 (sala de aula, Bloco da Pedagogia).

2.1.3 Somente participarão do sorteio de distribuição das vagas reservadas as áreas que apresentarem candidatos inscritos nos respectivos grupos de cotas previstos nos itens 3.1 e 3.2 deste Edital.

2.1.4 A distribuição da ordem classificatória do cadastro reserva entre ampla concorrência e vagas reservadas, será definida conforme as inscrições deferidas e o resultado do sorteio, sendo posteriormente publicado no site da UFDPAR.

2.2 As inscrições, contendo a documentação exigida (Item 2.6), devem ser encaminhadas eletronicamente, via Divisão de Protocolo, através da aba central de serviços (<https://cs.ufdpar.edu.br/login>), à Divisão de Recrutamento e Seleção (DRS) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, obedecendo às datas e horários estabelecidos no calendário (Quadro 3).

2.2.1 Os documentos requeridos para inscrição deverão ser encaminhados obedecendo à ordem do item anterior, em arquivo único, no formato PDF (portable document format);

2.2.2 O candidato deve se responsabilizar pela autenticidade de todos os documentos, sujeitando-se às sanções legais em caso de falsidade e/ou adulteração;

2.2.3 O requerimento de inscrição intempestivo, incompleto, falso ou ilegível será indeferido;

2.2.4 É vedada a complementação de documentos;

2.2.5 A UFDPAr não se responsabiliza por requerimentos de inscrição não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia, bem como outros fatores que impossibilitem o envio de dados.

2.3 O valor da taxa de inscrição deverá ser efetuado através de depósito bancário com Guia de Recolhimento da União (GRU-Simples), disponível no site <https://pagtesouro.tesouro.gov.br/portal-gru/#/emissao-gru> que deverá ser preenchida e impressa com os seguintes códigos: Unidade Gestora, cód. 156680; Recolhimento, cód. 28883-7.

2.3.1 Não será válida a inscrição cujo pagamento da taxa seja realizado de forma diversa da prevista no item 2.3;

2.4 Estará dispensado do pagamento da taxa de inscrição o candidato que se enquadrar no disposto nos Art. 1º e 2º da Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018, Art 1º, inciso I e II.

2.4.1 Nos termos do Decreto nº 6.593, de 02/10/2008, poderá solicitar isenção da taxa de inscrição o candidato que: I - estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto no 6.135, de 26 de junho de 2007; e II - for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007.

2.4.2 Conforme a Lei nº 13.656, de 30/04/2018, também estão isentos os candidatos doadores efetivos de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde.

2.5 O candidato que desejar requerer a isenção deverá encaminhar eletronicamente, via Divisão de Protocolo, através da aba central de serviços (<https://cs.ufdpar.edu.br/login>), à DRS da Universidade Federal do Delta do Parnaíba o **Requerimento de Isenção de Inscrição** (ANEXO I) devidamente preenchido e assinado selecionando a área do concurso, em conformidade com os dados que foram originalmente informados ao órgão de Assistência Social de seu Município responsável pelo cadastramento de famílias no CadÚnico, juntamente com os seguintes documentos: documento de identificação com foto, CPF, comprovante de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico (atualizado nos últimos doze meses) ou Comprovante de que é doador de medula óssea em entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, conforme inciso II do artigo 1º da Lei 13.656/2018.

2.5.1 A solicitação de isenção da taxa de inscrição deverá ser feita até as 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia **20/01/2026**.

2.6 O pedido de inscrição far-se-á mediante **requerimento à Comissão Organizadora do Concurso**, por meio do formulário constante no ANEXO II, devidamente preenchido e assinado pelo candidato, com a seleção da área do concurso e documentação que comprove o perfil para o cargo, devendo obrigatoriamente ser instruído com os seguintes documentos:

- a) Cópia de um dos documentos de identificação que contenha foto (Registro Geral ou Carteira Nacional de Habilitação ou Passaporte);
- b) Cópias do diploma do Curso de Graduação e do respectivo histórico escolar;
- c) Cópias do diploma do curso de pós-graduação e do respectivo histórico, correspondente ao perfil (classe e nível) do cargo que pleiteia;
- d) Indicação por escrito da área de conhecimento da pós-graduação e o código, de acordo com o quadro de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, conforme o item 2.11 do Edital;
- e) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição (quando não isento);
- f) Comprovante de deferimento da isenção da taxa de inscrição, quando for o caso.

2.6.1 Para a comprovação da titulação (item 2.6, alíneas b e c) serão considerados:

- a) os diplomas de graduação registrados, reconhecidos ou revalidados pelo Ministério da Educação (MEC);
- b) os diplomas de Doutor expedidos por Instituições de Ensino Superior nacionais credenciadas ou por universidades estrangeiras, desde que reconhecidos ou revalidados no Brasil;

2.7 Na hipótese do candidato já ter concluído a pós-graduação e ainda não possuir o diploma, poderá este ser substituído por declaração oficial da instituição onde o título foi obtido de que todos os trâmites referentes à finalização da pós-graduação foram executados, e que o diploma encontra-se em fase de confecção ou emissão.

2.8 **A Comissão Organizadora do Concurso** não aceitará documentação recebida fora do prazo fixado no item 2.1 (Quadro 3), independentemente do fato gerador do atraso, nem inscrições condicionadas à posterior complementação de documentos.

2.9 Os dados informados no ato da inscrição e o pagamento da respectiva taxa são de responsabilidade exclusiva do candidato, ficando expressamente estabelecido que, em nenhuma hipótese, haverá devolução da taxa de inscrição, salvo em caso de cancelamento do concurso por conveniência da Administração.

2.10 O deferimento das inscrições pela **Comissão Organizadora do Concurso** e a homologação, assim como os demais resultados, serão divulgados no site da UFDPAr (<https://ufdpar.edu.br/ufdpar/UFDPAr/editais-progep>).

2.11 Para o deferimento das inscrições, nos termos do Quadro Perfil de Vagas (perfil do candidato), tendo em vista as denominações dos Programas de Pós-Graduação, muitas vezes, dadas de forma generalizada, podendo envolver diversas áreas de conhecimento não especificadas na referida denominação, serão utilizados os seguintes critérios auxiliares:

- a) denominação do Curso/Programa;
- b) área de concentração;
- c) tabela das áreas de conhecimento – Capes.

2.12 O candidato que necessitar de atendimento diferenciado na realização de alguma das etapas do certame por motivo de crença religiosa nos termos do Art. 5º, inciso VIII, da Constituição Federal, deverá solicitá-lo 72 (setenta e duas) horas antes da realização da etapa, conforme requerimento (ANEXO IV).

3 DA RESERVA DE VAGAS

3.1 O candidato portador de deficiência (PcD), como previsto no Art. 4º do Decreto Federal Nº 9.508, de 24 de setembro de 2018 e no Decreto Nº 3.298/1999, poderá concorrer às vagas a ele reservadas, ainda que a área não ofereça vagas para provimento imediato, de modo que os eventuais aprovados constarão de cadastro de reserva. Para tanto, deverá solicitá-lo no ato da inscrição, juntamente com os demais documentos de inscrição, conforme ANEXO III deste Edital, e em anexo o laudo médico assinado por um médico especialista. Deixando de fazê-lo, o candidato não concorrerá à reserva da vaga.

3.1.1 O candidato PcD, que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado no momento de realização das provas, deverá solicitá-lo no ato da inscrição, juntamente com os demais documentos de inscrição, conforme ANEXO IV deste Edital, indicando claramente o tipo de atendimento diferenciado de que necessite, e em anexo o laudo médico assinado por um médico especialista. Deixando de fazê-lo, não será disponibilizado o atendimento diferenciado.

3.1.2 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto nº 9.508, de 24/09/2018, participarão deste concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, e à nota mínima exigida para todos os candidatos.

3.1.3 O candidato PcD deverá se submeter a todas as etapas do presente certame e possuir todas as condições físicas necessárias ao exercício do cargo, visto que as atribuições do cargo não serão modificadas para se adaptar ao candidato com deficiência.

3.1.4 O candidato PcD deverá enviar laudo médico redigido de forma legível, contendo a espécie e o grau ou nível da deficiência, com referência expressa ao código da Classificação Internacional de Doenças (CID), e as tecnologias assistivas e as condições específicas, caso necessite, para a realização das provas. Deve conter, ainda, o nome completo e CPF do candidato. O documento deverá apresentar também o carimbo com nome, número do CRM e assinatura do médico responsável pela emissão. Serão aceitos apenas laudos emitidos nos últimos 12 (doze) meses (contados até o término das inscrições). Se for o caso, o candidato deverá anexar ainda exames complementares que comprovem a deficiência, conforme o Decreto nº 3.298/1999.

3.1.5 Antes da homologação do resultado final do concurso, o candidato, munido de laudo médico e de exames complementares comprobatórios da deficiência, deverá submeter-se à inspeção médica promovida por uma junta multiprofissional, designada pela UFDPAr, mediante convocação definida no Cronograma, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência, ou não, e seu respectivo grau, com a finalidade de verificar se a deficiência da qual é portador realmente o habilita a concorrer às vagas reservadas para candidatos em tais condições.

3.1.6 O candidato que solicitar tempo adicional, mas não tiver a deficiência comprovada em inspeção médica, será eliminado do certame caso tenha utilizado esse recurso. Se não houver comprovação da condição, mas o tempo adicional não tiver sido utilizado, o candidato será automaticamente reclassificado para Ampla Concorrência, desde que obtenha pontuação necessária para tanto, em todas as etapas do certame, respeitando o Anexo II do Decreto Federal Nº 9.739, de 28 de março de 2019.

3.1.7 Em caso de desistência de candidato aprovado e classificado em vaga reservada às pessoas com deficiência, a vaga será preenchida pelo candidato PcD subsequente.

3.1.8 No resultado final, as vagas reservadas às pessoas com deficiência poderão ser ocupadas por candidatos da ampla concorrência na hipótese de não haver inscrição ou aprovação de candidatos com deficiência; neste caso, serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

3.1.9 Às pessoas com deficiência, serão reservadas 5% (cinco por cento) das vagas previstas e daquelas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso Público, na forma do §2º do Art. 5º da Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como na forma do § 1º do Art. 1º do Decreto Federal Nº 9.508, de 24 de setembro de 2018 e a Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC nº 260, de 26 de junho de 2025. O percentual de reserva será observado na hipótese de provimento, quando do surgimento de novas vagas, para a mesma área, no prazo de validade do concurso.

3.1.10 Se a aplicação desse percentual resultar em número fracionado, o valor será arredondado para o número inteiro imediatamente superior em caso de fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos). No caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos), o valor será diminuído para número inteiro imediatamente inferior.

3.1.11 O candidato inscrito como pessoa com deficiência que obtiver classificação mais vantajosa na ampla concorrência, será considerado, para todos os fins de classificação e contratação, como ampla concorrência, dispensado a inspeção médica promovida por junta multiprofissional.

3.2 Das vagas previstas neste Edital, 30% serão reservadas às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas e providas na forma da Lei nº 15.142, de 03 de junho de 2025 e Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025, sendo:

- I – reserva de 20% (vinte por cento) do total de vagas para pessoas negras;
- II – reserva de 5% (cinco por cento) do total de vagas para pessoas indígenas;
- III – reserva de 5% (cinco por cento) do total de vagas para quilombolas.

3.2.1 A reserva de vagas de que trata o item 3.2 deste edital será aplicada sempre que o número de vagas, somada a todas às áreas, oferecido no certame for igual ou superior a 2 (duas). Sendo o número de vagas inferior a 2 (duas), não haverá aplicação da reserva.

3.2.2 Para concorrer às vagas reservadas, a pessoa interessada deverá se autodeclarar negra (preta ou parda), indígena ou quilombola no momento da inscrição. Para isso, deverá preencher o Formulário de Inscrição (Anexo II) e assinar o Termo de Autodeclaração Étnico-Racial (Anexo V), de acordo com os critérios de raça, cor e etnia adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

3.2.3 A autodeclaração será confirmada mediante procedimentos específicos para cada grupo, observadas as regras previstas no Decreto nº 12.536, de 27 de junho de 2025 e Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025.

I-A autodeclaração das pessoas candidatas negras será confirmada mediante procedimento complementar de confirmação da autodeclaração.

II- A autodeclaração das pessoas candidatas indígenas e quilombolas será confirmada mediante procedimento de verificação documental complementar.

3.2.4 As pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas que optarem por concorrer às vagas reservadas nos termos deste edital:

- I- concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação no certame;
- II- concorrerão também às vagas reservadas a pessoa com deficiência, caso se enquadrem nessa condição, mediante declaração e comprovação exigidas;
- III- constarão simultaneamente nas listas de classificação de ampla concorrência e das vagas reservadas, conforme a ordem de classificação no certame;
- IV- se aprovadas dentro do número de vagas destinadas à ampla concorrência, não serão computadas para efeito de preenchimento das vagas reservadas ao respectivo grupo;

3.2.5 Na hipótese de candidato aprovado ou classificado dentro das vagas reservadas não ter a sua contratação efetivada, a vaga não preenchida será ocupada pela pessoa negra, indígena ou quilombola aprovada na posição imediatamente subsequente na lista de reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.

3.2.6 Na hipótese de número insuficiente de pessoas negras, indígenas e quilombolas para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas no mesmo certame para a ampla concorrência, de acordo com a ordem de classificação.

3.2.7 Na hipótese de não haver candidatos indígenas em número suficiente para o preenchimento das vagas reservadas, estas serão destinadas, preferencialmente, a candidatos quilombolas e, não havendo, a candidatos negros (pretos ou pardos). Da mesma forma, caso não haja candidatos quilombolas em número suficiente, as vagas serão destinadas a candidatos indígenas e, persistindo a insuficiência, a candidatos negros (pretos ou pardos). Esgotadas todas as listas específicas de reserva, as vagas remanescentes serão revertidas à ampla concorrência, respeitada a ordem de classificação.

3.2.8 A nomeação dos candidatos aprovados e classificados observará os critérios de alternância e proporcionalidade, considerada a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a pessoas negras, indígenas e quilombolas nos termos do edital, respeitado o percentual previsto no art. 3º do Decreto nº 12.536, de 27 de junho de 2025.

3.2.9 Na hipótese de todos os aprovados da ampla concorrência serem nomeados e remanescerem cargos vagos durante o prazo de validade do certame, poderão ser nomeados os aprovados que ainda se encontrarem na lista da reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.

3.2.10 Nos certames em que não haja previsão de vagas reservadas a pessoas negras, indígenas e quilombolas em razão do quantitativo ofertado no edital, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, deverá ser assegurada a inscrição de pessoas autodeclaradas negras, indígenas e quilombolas como optantes pela reserva de vagas.

3.2.11 Até o final do período de inscrição do certame, será facultado à pessoa desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas.

3.2.12 A autodeclaração terá validade somente para este Edital.

3.2.13 As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, devendo este responder por qualquer falsidade.

3.2.14 Antes da homologação do resultado final do Concurso, a Comissão Permanente de Heteroidentificação designará uma Comissão Específica de Heteroidentificação e uma Comissão Recursal, composta por 5 (cinco) membros, respeitada a diversidade de

gênero, cor e, preferencialmente, naturalidade, na avaliação das autodeclarações dos candidatos negros aprovados, termos da Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025.

3.2.15 O candidato não concorrerá às vagas reservadas às pessoas negras nos seguintes casos:

- a) Recusar a realização da filmagem do procedimento de heteroidentificação;
- b) A comissão concluir que deixou de ser atendido o quesito de cor ou raça por parte do candidato.

3.2.16 O candidato que não comparecer ao procedimento de heteroidentificação será eliminado do certame, dispensada a convocação suplementar de pessoas candidatas não habilitadas, nos termos da Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025.

3.2.17 O candidato cuja autodeclaração não for confirmada em procedimento de heteroidentificação concorrerá às vagas destinadas à ampla concorrência. O não enquadramento do candidato na condição de pessoa negra não se configura em ato discriminatório de qualquer natureza, representando, tão somente, que o candidato não atendeu aos quesitos de cor ou raça utilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.2.18 O candidato inscrito como pessoa negra, indígena ou quilombola que obtiver classificação mais vantajosa na ampla concorrência será considerado, para todos os fins de classificação e contratação, como candidato da ampla concorrência, ficando dispensado do procedimento de confirmação de autodeclaração.

3.3 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, de acordo com a Lei Nº 13.872, de 17 de setembro de 2019, deverá solicitar o direito de amamentar, juntamente com os demais documentos de inscrição, conforme “Requerimento de candidata lactante”, ANEXO VI, acompanhado da certidão de nascimento da criança.

3.3.1 Caso seu/sua filho(a) ainda não tenha nascido até a data estabelecida neste Edital, a cópia da certidão de nascimento poderá ser substituída por documento emitido pelo médico obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento.

3.3.2 Terá o direito previsto no item 3.3 a mãe cujo filho(a) tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização da prova.

3.3.3 A candidata deverá levar, no dia de realização das provas, um acompanhante adulto, que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar um acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

3.3.4 A pessoa acompanhante deverá estar presente desde o horário estabelecido para o início das provas. A UFDPAr não disponibilizará acompanhante para a guarda de crianças, sendo de inteira responsabilidade da candidata providenciar pessoa apta ao acompanhamento.

3.3.5 A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por criança. O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova, com acréscimo de igual período.

3.3.6 Durante o período de amamentação, a mãe será acompanhada por um membro da Banca Examinadora.

4 PROVAS

4.1 O concurso será realizado na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), em datas, locais e horários que serão divulgados, conforme o cronograma, no sítio eletrônico da Universidade (<https://ufdpar.edu.br/ufdpar/UFDPAr/editais-progep>).

4.2 O concurso constará de:

- a) Prova escrita, de caráter eliminatório;
- b) Prova didática, de caráter eliminatório;
- c) Prova de títulos, de caráter classificatório;

4.3 O conteúdo programático das provas escrita e didática e a bibliografia será disponibilizado no sítio (<https://ufdpar.edu.br/ufdpar/UFDPAr/editais-progep>).

4.4 O candidato deve comparecer ao local de aplicação das provas, com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, com tempo suficiente para localizar a sala onde será realizada sua prova, munido de documento de identidade que contenha foto.

4.5 Após a identificação, o candidato deverá dirigir-se à sala de aplicação e aguardar as orientações da Banca Examinadora. Não será permitido o ingresso de candidatos retardatários após o horário estabelecido para início da prova escrita.

4.6 A prova escrita versará sobre 3 (três) temas, sendo uma redação dissertativa para cada tema, da área para a qual o concurso está sendo realizado, que serão sorteados no momento de sua aplicação. A duração da prova escrita será de 4 (quatro) horas e a amplitude da nota variará de 0 (zero) a 10 (dez), com variação de décimos, sendo eliminado o candidato que não obtiver nota mínima 7,0 (sete).

4.7 O texto da prova escrita deverá ter, no máximo, 9 (nove) laudas, sendo no máximo 3 (três) laudas para cada tema sorteado, e ser escrito com caneta de tinta azul ou preta, com letra legível.

4.8 Será permitido ao candidato fazer rascunho da prova, desde que em folhas oficiais, e que este seja entregue junto com a redação definitiva à banca examinadora.

- 4.9 Não serão oferecidas folhas adicionais da prova escrita e nem folhas de rascunho, além daquelas constantes no caderno de prova.
- 4.10 Não é permitida a consulta na Prova Escrita a qualquer equipamento (notebook, calculadora, telefone celular, relógio inteligente, entre outros) nem a consulta a qualquer bibliografia.
- 4.11 O candidato que infringir o item 4.10 será eliminado e terá sua prova recolhida.
- 4.12 Os candidatos somente poderão sair do local da prova após o início da Prova Escrita. Ao término da Prova Escrita, os 2 (dois) últimos candidatos deverão sair simultaneamente.
- 4.13 Os dias, horários e local do sorteio dos temas da prova didática serão disponibilizados no sítio (<https://ufdpar.edu.br/ufdpar/UFDPPar/editais-progep>). Os Temas das Provas e a Bibliografia sugerida constarão no Anexo VII deste Edital.
- 4.14 O sorteio dos temas será realizado com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da realização da Prova Didática, iniciando às 08 horas, com intervalo mínimo de 60 minutos entre os candidatos, seguindo a ordem de classificação na prova escrita. A sala para sorteio será aberta com antecedência de 10 (dez) minutos para entrada dos candidatos que queiram se fazer presentes.
- 4.15 Havendo necessidade, de acordo com a quantidade de candidatos aprovados na prova escrita, os sorteios dos temas e a prova didática poderão acontecer em mais de um dia e poderão implicar em alteração do cronograma;
- 4.16 A prova didática consistirá em uma aula teórica com duração mínima de 50 (cinquenta) e máxima de 60 (sessenta) minutos, cujo tema será sorteado com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas de sua realização. Será realizada no idioma oficial do país, com as exceções previstas no item 4.17 deste edital, e a ela será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez), com variação de décimos, sendo eliminado o candidato que não obtiver nota mínima 7,0 (sete) e/ou ministrar a prova didática fora do tempo previsto.
- 4.17 Para as áreas de Língua Inglesa e LIBRAS, a prova didática deverá ser ministrada na respectiva língua, sob pena de eliminação. Para as provas da área de Música/Instrumentos de Cordas Friccionadas e Música/Instrumentos de sopro de metal, a prova didática será obrigatoriamente teórico-prática, contendo no mínimo 20 (vinte) minutos de execução de repertório solo de livre escolha do candidato.
- 4.18 Ao iniciar a prova didática, o candidato deverá entregar a cada membro da Banca Examinadora uma via do seu Plano de Aula, no qual deverão constar: o tema, os objetivos específicos, o conteúdo a ser abordado, a metodologia, o material didático a ser utilizado, a avaliação e a bibliografia básica consultada.
- 4.19 A prova didática será presencial e gravada;
- 4.20 O candidato que chegar atrasado ou não comparecer para realização do sorteio do tema da prova didática ou de sua realização, no horário e local determinados será eliminado, independente do tempo de atraso ou do fato que tenha gerado o atraso.
- 4.21 O julgamento dos títulos obedecerá à Resolução nº 135 CONSUN/UFPI, de 21 de agosto de 2023, seus respectivos anexos e suas alterações, disponíveis no sítio da UFDPPar, (<https://ufdpar.edu.br/ufdpar/UFDPPar/editais-progep>).
- 4.22 O **Curriculum Vitae** com suas **comprovações** e a **Tabela de Pontos** para avaliação do currículo previamente preenchida deverão ser entregues pelo candidato na ocasião do sorteio do tema da prova didática.
- 4.22.1 A documentação descrita no item 4.21 deverá ser entregue de forma impressa, sendo que as **comprovações** deverão ser entregues encadernadas em espiral, **na ordem do Anexo IV** da Resolução nº 135/2023 - CONSUN/UFPI (disponível no sítio eletrônico da UFDPPar). Os comprovantes fora da ordem determinada não serão pontuados.
- 4.23 Serão considerados para efeito de comprovação do **Curriculum Vitae** atividades desenvolvidas de 13/01/2021 até a data da publicação deste Edital no Diário Oficial da União.
- 4.24 Para fins de classificação final no concurso, o total de pontos é obtido pela nota do candidato na Prova de Títulos somada às notas das provas escrita e didática, totalizando, assim, os pontos a serem considerados, para obtenção da pontuação final do candidato.
- 4.25 A interposição de recurso contrário ao resultado de cada etapa do concurso será realizada sem interrupção do processo e sem prejuízos para o candidato.
- 4.25.1 Após a divulgação do resultado de cada etapa do concurso (prova escrita, prova didática, e prova de títulos) disponibilizados no sítio da universidade, o candidato terá um dia útil para solicitar a documentação referente à etapa e, neste mesmo prazo, impetrar recurso contrário ao seu resultado.
- 4.25.2 A solicitação de recursos será efetuada à Presidência da Comissão Organizadora do Concurso, conforme modelo disponível no sítio (<https://ufdpar.edu.br/ufdpar/UFDPPar/editais-progep>).
- 4.25.3 O resultado do recurso interposto pelo candidato, em qualquer etapa do concurso, será divulgado no sítio eletrônico da universidade (<https://ufdpar.edu.br/ufdpar/UFDPPar/editais-progep>).
- 4.25.4 Após a análise do recurso, caso seja necessário retificar o resultado ou convocar o candidato para a etapa do concurso contestada, a divulgação será feita no sítio (<https://ufdpar.edu.br/ufdpar/UFDPPar/editais-progep>).
- 4.26 O julgamento final do Concurso e a relação dos candidatos habilitados e classificados obedecerão às disposições do Decreto nº 9.739/2019 e, complementarmente, à Resolução nº. 135/2023-CONSUN/UFPI e suas alterações.
- 4.26.1 Os candidatos empatados em último lugar na relação dos habilitados e classificados não serão considerados reprovados.

4.26.2 A homologação do resultado final dar-se-á de acordo com a ordem classificatória prevista no Anexo IX, obedecendo a proporcionalidade entre ampla concorrência e vagas reservadas.

5. REQUISITOS PARA A INVESTIDURA E ATRIBUIÇÕES DO CARGO

5.1 O candidato deverá:

- a) ter sido habilitado e classificado no concurso;
- b) possuir a titulação exigida para o cargo, comprovada através de Diplomas ou Certificados, devidamente registrados ou reconhecidos;
- c) apresentar, revalidados ou reconhecidos no Brasil, os títulos de Graduação e Pós-Graduação emitidos por instituições de ensino superior estrangeiras;
- d) ser brasileiro ou estrangeiro portador do visto permanente;
- e) estar quite com as obrigações eleitorais e militares, quando for o caso;
- f) contar com aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, consoante Exame Médico Oficial da UFDPar;
- g) não acumular cargos, empregos ou funções públicas, inclusive na inatividade, exceto aqueles permitidos pela Constituição Federal, assegurada a hipótese de opção dentro do prazo para posse previsto no § 1º do art. 13 da Lei 8.112/1990;
- h) não ter sofrido no exercício de função pública penalidade incompatível com a investidura em cargo público federal, prevista no art. 137, Parágrafo Único, da Lei 8.112/1990.

5.2 O professor do magistério superior tem como atribuições: preparar e ministrar aulas teóricas e práticas em cursos de graduação, de pós-graduação (*Lato sensu* e *Stricto Sensu*) e de extensão; produzir material de trabalho; coordenar cursos e outras atividades de ensino, de pesquisa e de extensão; aplicar e corrigir provas, orientar e avaliar alunos, desenvolver programas e projetos, avaliar disciplinas e cursos; participar do processo de avaliação institucional; supervisionar alunos em internatos e em estágios obrigatórios e não obrigatórios e residências médicas ou multiprofissionais, quando for o caso, participar da administração universitária em cargos e funções acadêmicas e administrativas e em Colegiados; exercer atividades extra muros; participar de comissões de sindicância e de processos administrativos; realizar pesquisas; divulgar sua produção acadêmica, participar de seminários, simpósios, congressos e outros encontros acadêmico-científico-culturais; participar de bancas examinadoras de concursos e outras formas de seleção; avaliar trabalhos acadêmicos; orientar a elaboração de teses, dissertações, monografias e trabalhos de conclusão de curso; planejar e implementar cursos e disciplinas, elaborar programas, projetos e planos de trabalho; comunicar-se oralmente, por escrito e por meio eletrônico; prestar assessoria e consultoria e atualizar seus conhecimentos.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 A nomeação dos candidatos habilitados e classificados obedecerá às normas legais pertinentes, à ordem de classificação, ao prazo de validade do concurso e às regras deste Edital.

6.2 O prazo de validade do concurso será de 2 (dois) anos, contado a partir da data da publicação da homologação do resultado final no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por igual período, conforme estabelece o Decreto nº 9.739/2019.

6.3 Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação ou de notas, valendo para tal fim a homologação do resultado final do concurso publicada no Diário Oficial da União.

6.4 A inscrição do candidato no concurso implica o conhecimento e a aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e em informações complementares publicados exclusivamente no sítio eletrônico (<https://ufdpar.edu.br/ufdpar/UFDPar/editais-progep>) das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

6.5 Os professores aprovados e nomeados deverão participar, de forma obrigatória, do Curso de Programa de Desenvolvimento Inicial (PDI) oferecido pela Escola de Administração Pública (ENAP).

6.6 O professor nomeado ministrará aulas relacionadas nos componentes curriculares da área para a qual prestou concurso, ou de áreas afins, na própria Unidade de Ensino em que for lotado ou em outra Unidade, de acordo com as necessidades da Universidade.

6.7 A Banca Examinadora do Concurso divulgará no sítio eletrônico da Universidade (<https://ufdpar.edu.br/ufdpar/UFDPar/editais-progep>) as atualizações ou alterações deste Edital e de seu Cronograma.

6.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CDP) da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP).

Parnaíba-PI, 12 de janeiro de 2026.

João Paulo Sales Macedo
Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

EDITAL Nº 01 DE 12 DE JANEIRO DE 2026
CONCURSO PÚBLICO PARA DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

ANEXO I

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO*

À Comissão Organizadora do Concurso,

Eu, _____
Candidato (a) à vaga no Concurso Público para Provimento de Cargo Efetivo de Professor do Magistério Superior da
Universidade Federal do Delta do Parnaíba, (Edital nº 01/2026-UFDPar) na Área de _____, Residente à
rua (Av., Rua, etc.) _____, n.º _____,
bairro _____ na
cidade de _____,
fones () _____ e () _____
_____, e-mail

Requer dispensa do pagamento da taxa de inscrição com base na Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018:

1. ☐ No Art. 1º, Inciso I - pertencer a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal cuja renda mínima familiar per capita seja inferior ou igual a meio salário mínimo, anexando, para tanto, os seguintes documentos:

- a. Cópia do Número de Identificação Social - NIS, expedido pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico*;
- b. Declaração de que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007*.

2. ☐ No Art. 1º, Inciso II, ser doador de medula óssea, anexando para tanto:

- a. Declaração de doador de medula óssea de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde*.

* O deferimento deste requerimento deve ser anexado à Ficha de Inscrição.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Parnaíba, PI, _____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) Candidato(a)

CPF: _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

EDITAL Nº 01 DE 12 DE JANEIRO DE 2026
CONCURSO PÚBLICO PARA DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO

Área de Conhecimento:			
Nome:			
Nome Social:			
Data de Nascimento:	Cidade de Nascimento:	UF:	
Nacionalidade:	Gênero: Feminino () Masculino () Não-binário ()		
Nome da mãe:			
Nome do pai:			
Autodeclaração Racial: Negro (a) - Preto(a) () Indígena () Quilombola () Negro (a) - Pardo(a) ()			
Deficiência: Sim () Não ()	Qual deficiência:		
Necessita de condições especiais para a realização das provas? Sim () Não ()			
Qual?			
Modalidade da concorrência: Ampla Concorrência () Pessoa com Deficiência () Negro(a) Preto(a) () / Pardo(a) () Indígena () Quilombola ()			
Endereço			
Logradouro:			
Número:	Complemento:		
Bairro:	Município:	UF:	
CEP:	Telefone:	Email:	
Carteira de identidade nº:	Órgão Expedidor:	UF:	
Data de expedição:	CPF:		
Estrangeiro: Passaporte nº			
País de Origem:			
Titulação (exigida para o cargo):			
Curso de graduação (exigido para o cargo):			
Instituição de ensino:			
Município:	UF:	Concluído em:	
Solicita Isenção de Taxa? Sim () Não ()			
Observação: Preencher digitalmente; Caso o candidato opte por solicitar isenção da taxa, preencher Anexo I			

Requer, ao Presidente da Comissão Organizadora do Concurso, sua inscrição no processo seletivo para o cargo de Professor do Magistério Superior desta instituição, nos termos do Edital Nº



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

01/2026- UFDPAr.

E declara, sob as penas da lei, que:

- Os dados informados nesta ficha são verdadeiros;
- Possui habilitação legal para o exercício do cargo a que concorre;
- Está ciente de que não tomará posse se não provar a habilitação legal, independente da classificação obtida;
- Na hipótese de ser nomeado apresentará provas das condições exigidas para o cargo a que concorre;
- Tem pleno conhecimento das normas e métodos que regem o Edital deste Concurso;
- Está ciente de que a inexistência ou irregularidade dessas afirmativas, ainda que verificadas posteriormente, acarretará sua eliminação do Concurso Público, com a anulação de todos os atos praticados, sem prejuízo dos demais procedimentos de ordem administrativa, civil ou penal.

PARNAÍBA

DATA ____/____/____

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

CPF: _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

EDITAL Nº 01 DE 12 DE JANEIRO DE 2026

CONCURSO PÚBLICO PARA DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

ANEXO III

REQUERIMENTO PARA VAGAS RESERVADAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)

Eu, _____, candidato a vaga no Concurso Público para provimento de Cargo Efetivo de Professor do Magistério Superior da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Edital Nº 01/2026-UFDPar, venho requerer a inscrição para vaga reservada à pessoa com deficiência, conforme previsto no Decreto Federal Nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, ofertada na Área de _____ do Campus Reis Velloso. Nesta ocasião, apresento laudo médico em anexo e, quando for o caso, exame complementar, conforme os termos do Edital Nº 01/2026-UFDPar.

CIDADE/UF: _____/_____, DATA: _____/_____/_____

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

CPF: _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

EDITAL Nº 01 DE 12 DE JANEIRO DE 2026
CONCURSO PÚBLICO PARA DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

ANEXO IV
REQUERIMENTO DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO

À Comissão Organizadora do Concurso,

_____, Candidato (a)
inscrito (a) no Concurso Público para provimento de Cargo Efetivo de Professor do Magistério do Ensino Superior da
Universidade Federal do Delta do Parnaíba, na cidade de Parnaíba, objeto do Edital nº 01/2026 na Área
de _____.

N.º _____, bairro _____, telefone () _____,
e-mail _____.

Requer que lhe seja disponibilizado:

1. ☐ **Atendimento diferenciado** para realizar as provas do referido Concurso, conforme Laudo
Médico anexo.

Tipo de Atendimento:

2. ☐ **Atendimento diferenciado** para realizar as provas do referido Concurso, por motivo de crença
religiosa, conforme **Declaração da Congregação** em anexo.

Tipo de Atendimento:

3. ☐ **Outro**, na forma da Lei e comprovado em **anexo**.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Parnaíba, PI, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do (a) Candidato (a)

CPF nº _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

EDITAL Nº 01 DE 12 DE JANEIRO DE 2026
CONCURSO PÚBLICO PARA DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

ANEXO V

TERMO DE AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Eu, _____,
nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____,
nascido(a) em __/__/____, natural de _____, portador(a) do CPF nº _____
e da cédula de identidade nº _____, expedida por _____,
residente e domiciliado(a) à _____,
nº _____, bairro _____, município de _____, estado _____,
telefone (____) _____ e e-mail _____,

DECLARO, para fins de participação nas vagas reservadas no Processo Seletivo regido pelo Edital nº 01/2026-UFDPar:

() ser pessoa negra/preta, de acordo com os critérios de raça/cor utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

() ser pessoa negra/parda, de acordo com os critérios de raça/cor utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

() ser pessoa indígena, pertencente ao povo _____, reconhecido(a) por sua comunidade de origem;

() ser pessoa quilombola, pertencente à comunidade _____, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares ou autodeclarada e reconhecida pela própria comunidade.

Declaro estar ciente de que a presente autodeclaração está sujeita a confirmação por comissão de heteroidentificação, nos termos do edital e da legislação vigente, e que as informações prestadas são de minha inteira responsabilidade, sujeitando-me às sanções legais no caso de falsidade.

Declaro, ainda, que esta autodeclaração tem validade exclusiva para este processo seletivo, conforme previsto no Edital.

Parnaíba/PI, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do (a) Candidato (a)

CPF nº _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

EDITAL Nº 01 DE 12 DE JANEIRO DE 2026

CONCURSO PÚBLICO PARA DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

ANEXO VI

REQUERIMENTO DE CANDIDATA LACTANTE

À Comissão Organizadora de Concurso

Eu, _____,

candidato(a) a vaga no Concurso Público para provimento de Cargo Efetivo de Professor do Magistério Superior da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Edital Nº xx/202x-UFDPar, na Área de _____ do Campus _____, venho requerer:

O direito de amamentar filho(os) de até 6 (seis) meses de idade no dia da realização de prova ou de etapa avaliatória de concurso público com base na Lei nº 13.872, de 17 de setembro de 2019:

1. A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho, anexando, para tanto, o seguinte documento:

a. Certidão(ões) de nascimento;

Declaro que estou ciente da obrigatoriedade de levar no dia de realização das provas, um acompanhante adulto que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança, conforme os termos do Edital Nº 01/2026-UFDPar.

Nome completo do acompanhante do bebê: _____ Nº do documento de identificação (RG): _____, Órgão expedidor: _____

Observação: O original desse documento deverá ser apresentado no dia das provas.

Parnaíba ____/____/____

ASSINATURA DA CANDIDATA

CPF: _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

EDITAL Nº 01 DE 12 DE JANEIRO DE 2026
CONCURSO PÚBLICO PARA DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

ANEXO VII

RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS

ÁREA DE CONHECIMENTO	HOTELARIA, GASTRONOMIA E EVENTOS
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. Fundamentos de Gastronomia e Cultura Alimentar: identidades, regionalidades e hospitalidade 2. Técnicas Básicas e Avançadas de Gastronomia aplicadas ao Turismo e à Hospitalidade 3. Gestão e Operação de Eventos: planejamento, logística e hospitalidade 4. Gastronomia, Hotelaria e Experiência: criatividade, storytelling e construção de produtos 5. Alimentos & Bebidas (A&B) em Hospedagem: gestão, produção e serviços 6. Planejamento e Desenvolvimento de Meios de Hospedagem: estrutura, serviços e gestão 7. Hospitalidade na Gastronomia e na Hotelaria: dimensões simbólicas, operacionais e relacionais 8. Organização de Eventos: cerimonial e operação 9. Eventos Gastronômicos: festivais, feiras, roteiros e produção de experiências 10. Estágio Supervisionado em Turismo e Hospitalidade: formação, competências e práticas profissionais	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
ALLEN, Johnny et al. Organização e gestão de eventos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. ANDRADE, José Vicente de. Turismo: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1997. ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. BERRY, Leonard L.; PARASURAMAN, A.; ZEITHAML, Valarie A. SERVQUAL: a multiple-item scale for measuring consumer perceptions of service quality. Journal of Retailing, v. 64, n. 1, p. 12–40, 1988. BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Hospitalidade. São Paulo: Aleph, 2004. CASTELLI, Geraldo. Administração hoteleira. Caxias do Sul: EDUCS, 2003. CASTELLI, Geraldo. Hotelaria: planejamento e gestão. Caxias do Sul: EDUCS, 2010. COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2003. DENCKER, Ada de Freitas Maneti; BUENO, Mônica. Hospitalidade: cenários e oportunidades. São Paulo: Thomson Learning, 2003. FRANCO, Bernadette Dora Gombossy de Melo. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Atheneu, 2008. GETZ, Donald. Event management and event tourism. 2nd ed. New York: Cognizant Communication Corporation, 2005. GETZ, Donald. Event studies: theory, research and policy for planned events. Oxford: Routledge, 2007. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. GRINOVER, Luciana. Hospitalidade: uma ciência? São Paulo: Aleph, 2002. HALL, C. Michael; SHARPLEY, Richard (Org.). Tourism and foodways: exploring culinary tourism. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2008. IOSSIFIDIS, Maria. Boas práticas na cozinha: segurança alimentar em serviços de alimentação. São Paulo: SENAC, 2010. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2003. LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison. Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado. Barueri: Manole, 2004.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

MATIAS, Marlene. Organização de eventos: procedimentos e técnicas. São Paulo: Manole, 2001.

MINTZ, Sidney W. Comida e cultura: uma história. São Paulo: SENAC, 2001.

MONTANARI, Massimo. A fome e a abundância: história da alimentação na Europa. São Paulo: SENAC, 2008.

Normativas de Estágio da UFDPAr

PARASURAMAN, A.; ZEITHAML, Valerie A.; BERRY, Leonard L. SERVQUAL: a multiple-item scale for measuring consumer perceptions of service quality. *Journal of Retailing*, v. 64, n. 1, p. 12–40, 1988.

PINE, B. Joseph; GILMORE, James H. The experience economy: work is theatre & every business a stage. Boston: Harvard Business School Press, 1999.

POULAIN, Jean-Pierre. Sociologia da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

RICHARDS, Greg (Org.). Creative tourism: a global conversation. Santa Fe: Sunstone Press, 2009.

RICHARDS, Greg. Cultural tourism in Europe. Wallingford: CABI, 1996.

SCHMIDGALL, Raymond S. Hospitality industry managerial accounting. Lansing: American Hotel & Lodging Association Educational Institute, 2006.

SENAC. Técnicas de cozinha. São Paulo: SENAC, várias edições.

TOMASSONE, Maria. Hospitalidade e hospitalidade comercial. São Paulo: Aleph, 2007.

WALKER, John R. Introdução à hospitalidade. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

WALKER, John R. Hospitality management. Upper Saddle River: Pearson, 2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	LÍNGUA INGLESA
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. English for Specific Purposes (ESP): developing academic reading comprehension in higher-education 2. Applications of Task-Based Language Teaching (TBLT) in English for Specific Purposes (ESP) classrooms 3. The importance of competences in English as a Foreign Language (EFL) 4. Teaching receptive and productive skills: differences, similarities, and challenges 5. The use of technology and human mediation in English learning processes 6. Visual Literacy and ESP (English for Specific Purposes): theory into practice 7. Assessment in the teaching of General English and English for Specific Purposes (ESP) in higher-education 8. Multimodality, Multiliteracies, and English for Specific Purposes (ESP); 9. Teaching English through the use of authentic materials: principles, applications, and sources 10. Local cultural aspects and ESP in the Tourism Industry <u>*OBSERVAÇÃO: TODAS AS PROVAS SERÃO EM LÍNGUA INGLESA</u>	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
CANALE, M.; SWAIN, M. Theoretical Bases of Communicative Approaches to Second Language Teaching and Testing. Applied Linguistics, v. 1, n. 1, p. 1–47, 1980. CHAPELLE, C. A. Computer Applications in Second Language Acquisition: Foundations for Teaching, Testing and Research. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. DUDLEY-EVANS, T.; ST JOHN, M. J. Developments in English for specific purposes: a multidisciplinary approach. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. ELLIS, R. Task-based Language Learning and Teaching. Oxford: Oxford University Press, 2003. GARTON, S.; GRAVES, K. International perspectives on materials in ELT. London: Palgrave Macmillan, 2014. GRELLET, F. Developing reading skills: a practical guide to reading comprehension exercises. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. HALLIDAY, M.A.K. Spoken and Written Language. Hyperion Books, 1995. HARMER, J. The Practice of English Language Teaching. 4. ed. London: Longman, 2007. RICHARDS, J. C. Curriculum Development in Language Teaching. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. WIDDOWSON, H. G. Teaching English as communication. Oxford: Oxford University Press, 1978.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	LIBRAS
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1- Aspectos linguísticos das Línguas de Sinais Brasileira; 2- Tipologia, Terminologia e Lexicologia na Libras; 3- Metodologia do Ensino de Libras como L1 e L2; 4- Recursos didáticos e metodológicos para o ensino da Libras para surdos e para ouvintes (modalidade presencial e a distância); 5- Políticas linguística da Libras nos diversos contextos; 6- Planejamento e avaliação da aprendizagem no ensino da Libras para surdos e ouvintes; 7- Gêneros textuais em Libras; 8- Escrita(s) da(s) Língua(s) de Sinais: teorias, histórico, tipologia e práticas; 9- Aspectos literários em Libras e Literatura Surda; 10- Tecnologia para Libras: Uso, ensino e aprendizagem, tradução e interpretação	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
AGUIAR, Thiago Cardoso; CHAIBUE, Karime. Histórico das escritas de línguas de sinais. Revista Virtual de Cultura Surda, v. 15, p. 1-28, 2015. DOS SANTOS, Silvana Aguiar; FRANCISCO, Camila. Políticas de tradução: Um tema de políticas linguísticas?.In: Forum linguístico. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2018. p. 2939-2949. GESSER, Audrei. Metodologia de ensino em Libras como L2. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. MEDEIROS, Jonatas Rodrigues; FERNANDES, Sueli. Gêneros textuais em videolibras: um estudo de aspectos composicionais. Revista Trama, v. 16, n. 39, p. 65-80, 2020. QUADROS, R.M; SILVA, J.B; ROYER, M.; SILVA, V.R (Orgs.). A Gramática da Libras. Rio de Janeiro: INES,2023 p. 511; v. 01 e 02 .ISBN: 978-85-63240-15-6 SILVA, Rodrigo Custódio da et al. Gêneros emergentes em Libras da esfera acadêmica: a prova como foco de análise. 2019. SUTTON-SPENCE, Rachel. Literatura em libras. 2021. Disponível em https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/259641/Literatura_em_Libras_Rachel_Sutton_Spence.pdf?sequence=1 XAVIER, André Nogueira; BARBOSA, Plínio Almeida. Diferentes pronúncias em uma língua não sonora? Um estudo da variação na produção de sinais da libras. DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, v. 30, n. 2, p. 371-413, 2014. XAVIER, André Nogueira; NEVES, Sylvia Lia Grespan. Descrição de aspectos da morfologia da libras. Revista Sinalizar, v. 1, n. 2, p. 130-151, 2016. Zeshan, Ulrike and Nick Palfreyman (in press) 'Typology of sign languages', in A.Y. Aikhenvald and R.M.W. Dixon (eds.) The Cambridge Handbook of Linguistic Typology. Cambridge: Cambridge University Press.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	ENSINO DE BIOLOGIA
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. O Ensino de Ciências e Biologia no contexto atual do cidadão. (Biologia, Sociedade e Ambiente) no ensino de Ciências e Biologia. 2. A atuação do professor de Biologia na formação 3. A Educação Ambiental no ensino de Ciências e Biologia 4. O enfoque CTSA (Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente) 5. O estágio curricular e a construção de saberes docentes da 6. Metodologias Ativas no ensino de Ciências e Biologia 7. A formação inicial e continuada na construção da identidade do professor de Biologia. 8. A avaliação da aprendizagem no ensino de Ciências e Biologia. 9. A pesquisa no estágio curricular. 10. A transposição didática do conhecimento científico em conhecimento escolar.	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
ANDERSEN, Elenice Larroza (org.) Multimídia Digital na Escola. São Paulo: Paulinas, 2013. APPLE, M. W. Políticas de direita e branquitude: a presença ausente da raça nas reformas educacionais. Revista Brasileira de Educação. Campinas: Autores Associados, n. 16, 2001, p.61-67. ARANTES, V. A. (Org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006. CACHAPUZ, Antonio et al. (org). A necessária renovação do ensino de ciências. São Paulo: Cortez, 2005. CALDEIRA, A. M. A.; ARAUJO, E. S. N. N. (Orgs.). Introdução à Didática da Biologia. São Paulo: Escrituras, 2010. CARVALHO, A.M; GIL-PEREZ, D. Formação dos professores de Ciências. Cortez, São Paulo. 2006. Chalmers, A. F. O que é ciência afinal? Brasiliense. Singer, P. (1998). Ética prática. Martins Fontes. 2007 GALIETA, T. Temáticas Sociocientíficas na Formação de Professores. 1a edição. São Paulo: Livraria da Física, 2021. KRASILCHIK, M. Prática de ensino de biologia. 4a ed. São Paulo: Edusp, 2004. MARANDINO, M., SELLES, S.E., FERREIRA, M.S. Ensino de Biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos. São Paulo: Cortez Editora, 2009. MAZZOTTA, M. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996. NARDI, Roberto. Pesquisas em Ensino de Ciências e Matemática. UNESP, 1996. PERRENOUD P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002. PIMENTA, S. G; GHEDIN, E. (Orgs). Professor reflexivo no Brasil: Gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Editora Cortez, 2012. PINHEIRO, B. C. S.; Rosa, K. (2018). Descolonizando saberes: a Lei 10.639/2003 no ensino de ciências. São Paulo: Editora Livraria da Física, 1. POZO, J. I.; CRESPO, M. A. G. A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. RODRIGUES, D. (Org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. SACRITAN, J.G. Saberes e incertezas sobre o currículo. São Paulo: Penso Editora, 2013.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	PESCA CONTINENTAL E PESCA OCEÂNICA
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. Classificação e seletividade dos aparelhos de pesca. 2. Projeto e dimensionamento de embarcações pesqueiras. 3. Tecnologia dos aparelhos de pesca com ênfase na confecção, armação e aplicações 4. Estocagem, conservação e logística do material de pesca a bordo. 5. Hidrodinâmica e comportamento de embarcações pesqueiras em operação. 6. Características e especificidades de aparelhos de pesca para águas interiores e marítimas. 7. Sistemas de propulsão e equipamentos auxiliares em embarcações pesqueiras. 8. Panorama da produção pesqueira global e caracterização das frotas artesanal e industrial brasileiras. 9. Gestão pesqueira e medidas de mitigação aos impactos da pesca. 10. Migração horizontal e vertical de espécies oceânicas, métodos de captura e localização de cardumes.	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
AMERICAN FISHERIES SOCIETY. Fisheries techniques. 3. ed. Bethesda: American Fisheries Society, 2012. ASANO FILHO, M. (Et Al). Recursos pesqueiros de grandes profundidades na costa norte do Brasil. Brasília (DF): IBAMA, 81p. 2005. BOOPENDRANATH, M. R. Modern fishing gear technology. New Delhi: Daya Publishing House, 2011. BORTONE, Stephen A.; OTAKE, Shinya (Org.). Modern fisheries engineering: realizing a healthy and sustainable marine ecosystem. Boca Raton: CRC Press, 2021. CORDEIRO, Carlos Alberto Martins; SAMPAIO, Dioniso de Souza; HOLANDA, Francisco C. A. Fonteles (org.). Engenharia de pesca: aspectos teóricos e práticos. Fortaleza: Editora Científica Digital, 2020. CORDEIRO, Carlos Alberto Martins; SAMPAIO, Dioniso de Souza; HOLANDA, Francisco C. A. Fonteles (Org.). Engenharia de pesca: aspectos teóricos e práticos. Fortaleza: Editora Científica Digital, 2021. CORDEIRO, Carlos Alberto Martins; SAMPAIO, Dioniso de Souza; HOLANDA, Francisco C. A. Fonteles (Org.). Engenharia de pesca: aspectos teóricos e práticos – Volume 3. Fortaleza: Editora Científica Digital, 2022. CORDEIRO, Carlos Alberto Martins; SAMPAIO, Dioniso de Souza; HOLANDA, Francisco C. A. Fonteles (Org.). Engenharia de pesca: aspectos teóricos e práticos – Volume 4. Fortaleza: Editora Científica Digital, 2022. CORDEIRO, Carlos Alberto Martins; SAMPAIO, Dioniso de Souza; HOLANDA, Francisco C. A. Fonteles (Org.). Engenharia de pesca: tecnologias e sustentabilidade na exploração dos recursos aquáticos. Fortaleza: Editora Científica Digital, 2025. FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). The State of World Fisheries and Aquaculture 2024: Blue Transformation in action. Rome: FAO, 2024. 256 p. Disponível em: https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/a10e81b3-3fbd-4393-b7b6-6a926915a19a/content. FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). Fisherman's workbook. Rome: FAO, 1993. FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). Fishing gear selectivity. Rome: FAO, 1996. (FAO Fisheries Technical Paper, n. 347). FRIDMAN, A. L. Calculations for fishing gear designs. Farnham: Fishing News Books, 1986. GANIE, Parvaiz Ahmad; POSTI, Ravindra; PANDEY, Pramod Kumar (Org.). Information technology in fisheries and aquaculture. Singapore: Springer Nature Singapore, 2025. ISAAC, V. J (Org.). Pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais. Belem: UFPA, 2006. 186p. 1 ex KALAIRASAN, M. et al. Text book on fishing gear technology. New Delhi: Narendra Publishing House, 2018. LUCCHETTI, Alessandro. Innovations in fishing technology aimed at achieving sustainable fishing. Lausanne: Frontiers Media, 2023. Madhavan, N.; Vasanth, K.; J. Sai, V.; Gnanendra, V. Fishing gear technology practical work book. Nova Deli: IBP Books, 2025. OLIVEIRA, Vanildo Souza de. Tecnologia da pesca. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2005. RUFFINO, M. L. Pesca e os recursos pesqueiros na Amazonia brasileira. Manaus: IBAMA, 268p. 2004. –	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

SAINSBURY, John C. Commercial fishing methods: an introduction to vessels and gears. 3. ed. Oxford: Fishing News Books, 1996.

OLIVEIRA, Vanildo Souza de (org.). Catálogo dos aparelhos e embarcações de pesca Marinha do Brasil. Rio Grande: Ed. da Furg, 2020. 332 p.

WHITFIELD, Andrew A. Fishing techniques, equipment and methods. [S.l.]: EdTech Press, 2024.

XIMENES, L. J. F. Ciência e tecnologia para aquicultura e pesca no Nordeste. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011. 241p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	TOPOGRAFIA, SENSORIAMENTO REMOTO E GEORREFERENCIAMENTO
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. Fundamentos de topografia e geodésia aplicados à Engenharia de Pesca. 2. Levantamentos topográficos planialtimétricos e sua aplicação em projetos de aquicultura. 3. Topografia aplicada ao planejamento e implantação de empreendimentos aquícolas. 4. Topobatimetria e batimetria em ambientes aquáticos interiores e costeiros. 5. Geotecnologias e sistemas de informação geográfica aplicados à Engenharia de Pesca. 6. Fundamentos de geoprocessamento e modelagem espacial em ambientes aquáticos. 7. Sensoriamento remoto aplicado à Engenharia de Pesca. 8. Processamento e análise de imagens de sensoriamento remoto. 9. Aplicações do sensoriamento remoto no monitoramento de ambientes aquáticos e costeiros. 10. Integração da topografia, geoprocessamento e sensoriamento remoto na Engenharia de Pesca.	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
BARBOSA, C. C. F.; NOVO, E. M. L. M.; MARTINS, V. S. Introdução ao sensoriamento remoto de sistemas aquáticos: princípios e aplicações. 1. ed. São José dos Campos (SP): INPE, 2019. BORGES, A. C. Topografia: Aplicada à Engenharia Civil. Vol. 2. 3. ed. São Paulo (SP): Edgard Blücher, 2018. BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Levantamentos topobatimétricos e geodésicos aplicados na Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN). Brasília, DF: ANA, 2021. 118 p. : il. Disponível em: https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/Busca/Download?codigoArquivo=159338. COELHO JÚNIOR, J. M.; ROLIM NETO, F. C.; ANDRADE, J. S. C. O. Topografia Geral. Recife (PE): EDUFRPE, 2014. CUBAS, M. G.; TAVEIRA, B. D. A. Geoprocessamento: fundamentos e técnicas. Curitiba (PR): Intersaberes, 2020. GOMES, J. V. P.; CUBAS, M. G. Fundamentos do sensoriamento remoto. Brasília (DF): Editora IFB, 2021. JÚNIOR, J. M. Topografia Básica. 3. ed. Recife (PE): EDUFRPE, 2026. MOREIRA, M. A. Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação. 4. ed. Viçosa: UFV, 2011. SILVA, J. X.; ZAIDAN, R. T. Geoprocessamento & meio ambiente. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2011. SOUZA, R. B. Oceanografia por Satélites. 2. ed. São Paulo (SP): Oficina de Textos, 2009. VEIGA, L. A. K.; ZANETTI, M. A.; FAGGION, P. L. Fundamentos de Topografia: engenharia cartográfica e de agrimensura. Curitiba (PR): Universidade Federal do Paraná, 2012.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	PSICOLOGIA/PSICANÁLISE
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1.A metapsicologia psicanalítica: Freud e lacan 2.A técnica psicanalítica e sua ética 3.A clínica psicanalítica das psicoses 4.As implicações clínicas do conceito de fantasia em Freud e Lacan. 5. A clínica psicanalítica com crianças: as contribuições de Winnicott,, M. Klein, F. Dolto e M. Mannoni 6. Psicanálise e Saúde mental: as clínicas públicas da Psicanálise. 7. A clínica psicanalítica das neuroses: histeria, neurose obsessiva e fobia 8. Psicanálise, política e cultura: a clínica e o social. 9. A psicanálise, psicologia e psiquiatria: epistemologia, método e política. 10. A metodologia da pesquisa em Psicanálise	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
ALBERTI, Sonia; FIGUEIREDO, Ana C. (Orgs.). Psicanálise e Saúde Mental: uma aposta. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006. ASSOUN, Paul-Laurent. Introdução à epistemologia freudiana. Tradução de Paulo Neves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2014. DOLTO, Françoise. No Jogo do desejo. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1984. FIGUEIREDO, A. C. Vastas confusões e atendimentos imperfeitos. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2018. FINK, Bruce. Introdução clínica à psicanálise lacaniana: teoria e técnica. Tradução de Célia Maria de Moraes D'Avila. Porto Alegre: Artmed, 1998. FREUD, Sigmund. Obras completas. Tradução de Paulo César de Souza. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud). JORGE, Marco A. C. Fundamentos da psicanálise: de Freud a Lacan. Vol. 1: as bases conceituais. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. JORGE, Marco A. C. Fundamentos da psicanálise: de Freud a Lacan. Vol. 2: a clínica da fantasia. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. KLEIN, Melanie. (1926). Psicanálise da Criança. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1981. LACAN, Jacques. Escritos. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. LACAN, Jacques. O Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud (1953-1954). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1979. LACAN, Jacques. O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de M. D. Magno. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. MANNONI, M. A Criança, sua "doença" e os outros. São Paulo, Via Lettera, 1999. MEZAN, Renato. O tronco e os ramos: estudos de história da psicanálise. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. QUINET, A. As 4 + 1 condições da análise. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. QUINET, A. Psicose e laço social: Esquizofrenia, paranóia e melancolia. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. SAFOUAN, M. As estratégias da neurose obsessiva. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. WINNICOTT, D. Os bebês e suas mães. São Paulo: Martins Fontes, 1988.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	FISIOTERAPIA MUSCULOESQUELÉTICA E TERAPIAS AFINS
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. Integração entre diagnóstico funcional e recursos terapêuticos na reabilitação musculoesquelética com tecnologias assistivas. 2. Promoção da saúde e prevenção de disfunções musculoesqueléticas laborais. 3. Abordagens atuais para o tratamento das disfunções da coluna. 4. Abordagens atuais para o tratamento das disfunções do ombro. 5. Terapias manuais integradas ao tratamento de disfunções musculoesqueléticas. 6. Recursos eletrofísicos no contexto atual de dor musculoesquelética. 7. Avaliação e tratamento fisioterapêutico nas fraturas de membros inferiores. 8. Abordagens atuais para o tratamento das disfunções do joelho. 9. Fisioterapia aquática nas disfunções musculoesqueléticas. 10. Fundamentos biomecânicos e princípios de prescrição de próteses e órteses de membros inferiores.	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
Hayden JA, Ellis J, Ogilvie R, Malmivaara A, van Tulder MW. Exercise therapy for chronic low back pain. <i>Cochrane Database Syst Rev</i>. 2021 Sep 28;9(9):CD009790. doi: 10.1002/14651858.CD009790.pub2. PMID: 34580864; PMCID: PMC8477273. George SZ, Fritz JM, Silfies SP, Schneider MJ, Beneciuk JM, Lentz TA, Gilliam JR, Hendren S, Norman KS. Interventions for the Management of Acute and Chronic Low Back Pain: Revision 2021. <i>J Orthop Sports Phys Ther</i>. 2021 Nov;51(11):CPG1-CPG60. doi: 10.2519/jospt.2021.0304. PMID: 34719942; PMCID: PMC10508241. González-Gómez L, Moral-Munoz JA, Rosales-Tristancho A, Cuevas-Moreno A, Cardellat-González M, Rodríguez-Domínguez ÁJ. Exercise Therapy Versus Manual Therapy for the Management of Pain Intensity, Disability, and Physical Function in People With Chronic Low Back Pain: A Systematic Review With Meta-Analysis and Meta-Regression. <i>Eur J Pain</i>. 2025 Sep;29(8):e70090. doi: 10.1002/ejp.70090. PMID: 40747709; PMCID: PMC12314856. Desmeules F, Roy JS, Lafrance S, Charron M, Dubé MO, Dupuis F, Beneciuk JM, Grimes J, Kim HM, Lamontagne M, McCreesh K, Shanley E, Vukobrat T, Michener LA. Rotator Cuff Tendinopathy Diagnosis, Nonsurgical Medical Care, and Rehabilitation: A Clinical Practice Guideline. <i>J Orthop Sports Phys Ther</i>. 2025 Apr;55(4):235-274. doi: 10.2519/jospt.2025.13182. PMID: 40165544. Lafrance S, Charron M, Dubé MO, Desmeules F, Roy JS, Juul-Kristensen B, Kennedy L, McCreesh K. The Efficacy of Exercise Therapy for Rotator Cuff-Related Shoulder Pain According to the FITT Principle: A Systematic Review With Meta-analyses. <i>J Orthop Sports Phys Ther</i>. 2024 Aug;54(8):499-512. doi: 10.2519/jospt.2024.12453. PMID: 38848304. Dubé MO, Lafrance S, Charron M, Mekouar M, Desmeules F, McCreesh K, Michener LA, Grimes J, Shanley E, Roy JS. FITT Odyssey: A Scoping Review of Exercise Programs for Managing Rotator Cuff-Related Shoulder Pain. <i>J Orthop Sports Phys Ther</i>. 2024 Aug;54(8):513-529. doi: 10.2519/jospt.2024.12452. PMID: 38832666. Hao B, Li H, Liang A. Effects of early exercise and immobilization after arthroscopic rotator cuff repair surgery: a systematic review and meta-analysis of randomized controlled trials. <i>BMC Musculoskelet Disord</i>. 2025 Mar 13;26(1):254. doi: 10.1186/s12891-025-08500-7. PMID: 40082920; PMCID: PMC11905542. Chen Y, Meng H, Li Y, Zong H, Yu H, Liu H, Lv S, Huai L. The effect of rehabilitation time on functional recovery after arthroscopic rotator cuff repair: a systematic review and meta-analysis. <i>PeerJ</i>. 2024 May 20;12:e17395. doi: 10.7717/peerj.17395. PMID: 38784392; PMCID: PMC11114118. Kelley MJ, Shaffer MA, Kuhn JE, Michener LA, Seitz AL, Uhl TL, Godges JJ, McClure PW. Shoulder pain and mobility deficits: adhesive capsulitis. <i>J Orthop Sports Phys Ther</i>. 2013 May;43(5):A1-31. doi: 10.2519/jospt.2013.0302. Epub 2013 Apr 30. PMID: 23636125. Liu X, Yang G, Xie W, Lu W, Liu G, Xiao W, Li Y. Research trends and emerging treatment in frozen shoulder research: A bibliometric analysis and meta-analysis. <i>Asian J Surg</i>. 2024 Nov 11:S1015-9584(24)02421-7. doi: 10.1016/j.asjsur.2024.10.148. Epub ahead of print. PMID: 39532642. Richard W. Willy; Lisa T. Hoglund; Christian J. Barton; Lori A. Bolgla; David A. Scalzitti; David S. Logerstedt; Andrew D.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

Lynch; Lynn Snyder-Mackler; Christine M. McDonough. Patellofemoral Pain. J Orthop Sports Phys Ther. 2019;49(9):CPG1-CPG95. doi:10.2519/jospt.2019.0302

Almeida GPL, Rios JFM, Braga de Castro DB, Coelho BAL, Baroni BM, Ribeiro de Oliveira R. Effect of Equalized and Nonequalized Resistance Training Volumes on Pain and Disability in Patients With Patellofemoral Pain: A Systematic Review With Meta-Analyses. J Orthop Sports Phys Ther. 2025 Jun;55(6):1-12. doi: 10.2519/jospt.2025.13062. PMID: 40434939.

Souto LR, De Oliveira Silva D, Pazzinatto MF, Siqueira MS, Moreira RFC, Serrão FV. Are adjunct treatments effective in improving pain and function when added to exercise therapy in people with patellofemoral pain? A systematic review with meta-analysis and appraisal of the quality of interventions. Br J Sports Med. 2024 Jul 1;58(14):792-804. doi: 10.1136/bjsports-2024-108145. PMID: 38889956.

Kotsifaki R, Korakakis V, King E, Barbosa O, Maree D, Pantouveris M, Bjerregaard A, Luomajoki J, Wilhelmsen J, Whiteley R. Aspetar clinical practice guideline on rehabilitation after anterior cruciate ligament reconstruction. Br J Sports Med. 2023 May;57(9):500-514. doi: 10.1136/bjsports-2022-106158. Epub 2023 Feb 2. PMID: 36731908; PMCID: PMC11785408.

Fairhall NJ, Dyer SM, Mak JC, Diong J, Kwok WS, Sherrington C. Interventions for improving mobility after hip fracture surgery in adults. Cochrane Database Syst Rev. 2022 Sep 7;9(9):CD001704. doi: 10.1002/14651858.CD001704.pub5. PMID: 36070134; PMCID: PMC9451000.

McDonough CM, Harris-Hayes M, Kristensen MT, Overgaard JA, Herring TB, Kenny AM, Mangione KK. Physical Therapy Management of Older Adults With Hip Fracture. J Orthop Sports Phys Ther. 2021 Feb;51(2):CPG1-CPG81. doi: 10.2519/jospt.2021.0301. PMID: 33522384.

Dutton, M. Fisioterapia Ortopédica: Exame, avaliação e intervenção. 2 ed. São Paulo, Editora Artmed, 2010.

Hebert, S; Barros Filho, T.E.P; Xavier, R; Pardini J.R, A.G e cols. Ortopedia e Traumatologia: princípios e práticas. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

Magee, D. J. Avaliação musculoesquelética. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2023.

O'Sullivan, S. B; Schmitz, T. S. Fisioterapia: Avaliação e Tratamento. 6 ed. São Paulo: Manole, 2017.

HOUGLUM, P. A. Exercícios terapêuticos para lesões musculoesqueléticas. 3 ed. São Paulo: Manole, 2015.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	FISIOTERAPIA EM SAÚDE COLETIVA E EM GRUPOS ESPECÍFICOS
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. Atuação do fisioterapeuta na atenção integral à saúde de grupos populacionais, com foco em ações coletivas, práticas de promoção da saúde e educação em saúde. 2. Fisioterapia na reabilitação de pessoas com hipertensão arterial e diabetes mellitus na atenção básica. 3. Fisioterapia no pré-natal de alto risco: prevenção de pré-eclâmpsia e diabetes gestacional. 4. Avaliação e tratamento das disfunções sexuais e coloproctológicas da saúde do homem e da mulher. 5. Fisioterapia na reabilitação de pacientes oncológicos: ênfase em câncer de mama e câncer pélvico. 6. Atuação fisioterapêutica na funcionalidade e prevenção de fragilidade em idosos. 7. Fisioterapia na primeira infância: promoção do desenvolvimento e prevenção de atrasos. 8. Fisioterapia na saúde do idoso: avaliação funcional e intervenções fisioterapêuticas. 9. Multidisciplinaridade em saúde e a integralidade do cuidado fisioterapêutico individual e coletivo no SUS. 10. Fisioterapia na atenção primária à saúde: epidemiologia, redes de atenção à saúde, políticas públicas e gestão em saúde.	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_do_nasf_nucleo.pdf BRASIL. Ministério da Saúde. Desenvolvimento neuropsicomotor, sinais de alerta e estimulação precoce: um guia para profissionais de saúde e educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/desenvolvimento_neuropsicomotor_guia.pdf BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família: ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano. vol. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Práticas em reabilitação na AB : o olhar para a funcionalidade na interação com o território. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/praticas_reabilitacao_atencao_basica_territorio.pdf BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de atenção domiciliar. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atencao_domiciliar_melhor_casa.pdf CREFITO-3. Fisioterapia na atenção básica do Estado de São Paulo. Disponível em: https://www.crefito3.org.br/dsn/pdfs/acervo-publicacoes/2023/fisioterapia-na-atencao-basica.pdf REZENDE, Laura; LENZI, Juliana. Eletrotermofototerapia em oncologia: da evidência à prática clínica. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2020. LEMOS, Andrea. Fisioterapia obstétrica baseada em evidências. 2. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2025 GUCCIONE, Andrew A.; WORRALL, Laura E.; MAYO, Nancy E. Fisioterapia geriátrica. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. DRIUSSO, P.; AVILA, M. A.; LIEBANO, R. E. Agentes eletrofísicos na saúde da mulher. São Paulo: Thieme Revinter, 2021. ISBN 9786555720778. OPES, Leonardo Seligra; PAUL, Gustavo Marquesine; HOHL, Alexandre; BRAGA, Catarina de Moraes; FAKHOURI, Felipe; LUCENA, Bárbara B. de (org.). Tratado Brasileiro de Medicina e Saúde Sexual. 1ª ed. São Paulo: Di Livros, 2024. COFFITO. Classificação Brasileira de Diagnósticos Fisioterapêuticos (CBDF). Disponível em: https://www.coffito.gov.br/nsite/wp-content/uploads/2025/03/anexo-1-cbdf.pdf. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FISIOTERAPIA NA SAÚDE DA MULHER (ABRAFISM). Recomendações ABRAFISM: atuação fisioterapêutica em gestantes de risco. 2024. Disponível em: https://abrafism.org.br DRIUSSO, P. et al. A Brazilian Association of Women's Health Physical Therapy (ABRAFISM) guideline on the terminology of pelvic floor muscle function and assessment. Braz J Phys Ther., v. 29, n. 2, p. 101173, 2025. DOI: 10.1016/j.bjpt.2025.101173.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	FISIOTERAPIA APLICADA À REABILITAÇÃO E INTEGRADA À ÁREA BÁSICA
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. Fisiologia e prescrição de exercícios terapêuticos. 2. Biomecânica e cinesiologia aplicadas à análise do movimento humano. 3. Fisioterapia dermatofuncional na reabilitação do sistema tegumentar. 4. Utilização de agentes físicos na reabilitação de pacientes oncológicos. 5. Atuação fisioterapêutica integrada à reabilitação e à saúde funcional nos diferentes níveis de atenção à saúde. 6. Integração dos recursos eletrotermofototerápicos no processo de reabilitação funcional. 7. Princípios de inflamação, reparo tecidual e cicatrização: implicações terapêuticas. 8. Biofísica aplicada aos sistemas e às modalidades terapêuticas na Fisioterapia. 9. Fisioterapia na reabilitação cardiovascular e metabólica na fase ambulatorial. 10. Bioquímica e metabolismo relacionados à recuperação muscular e exercício físico.	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
REZENDE, Laura; LENZI, Juliana. Eletrotermofototerapia em Oncologia: Da Evidência à Prática Clínica. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2020. POWERS, Scott K.; HOWLEY, Edward T. Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. 9. ed. Barueri: Manole, 2017. KISNER, Carolyn; COLBY, Lynn Allen; BORSTAD, John. Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas. 7. ed. Barueri: Manole, 2021. McARDLE, William D.; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. Fisiologia do exercício: nutrição, energia e desempenho humano. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. NEUMANN, Donald A. Cinesiologia do aparelho musculoesquelético: fundamentos para reabilitação. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. HALL, Susan J. Biomecânica básica. 7. ed. Barueri: Manole, 2016. BORGES, Fátima Santos. Dermatofuncional: modalidades terapêuticas nas disfunções estéticas. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2010. HAMILL, Joseph; KNUTZEN, Kathleen M. Bases biomecânicas do movimento humano. 4. ed. Barueri: Manole, 2019. PASCHOAL, M.A. Fisioterapia cardiovascular: avaliação e conduta na reabilitação cardíaca. Barueri, SP: Manole, 2010. DURAN, J.E.R. Biofísica: fundamentos e aplicações. 1ª edição. Pearson, 2003.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	BIOMEDICINA
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. Marcadores da Lesão Hepática; 2. Requisitos Técnicos Sanitários para Serviços de Exames de Análises Clínicas; 3. Exame Parasitológico de Fezes; 4. Diagnóstico Laboratorial das Leishmanioses; 5. Diagnóstico Laboratorial dos Hematozoários de Importância Médica; 6. Fisiopatologia e Diagnóstico Laboratorial das Anemias carenciais; 7. Diagnóstico Laboratorial das Hepatites Virais; 8. Controle de Qualidade em Laboratório Clínico; 9. Uroanálise e Líquidos Corporais com Ênfase em Espermograma; 10. Investigação Laboratorial e Acompanhamento de Doença Renal	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
ENRY, John Bernard (Editor-chefe). Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais. 23. ed. Barueri: Manole, 2017 (ou edições mais recentes). LORENZI, Therezinha Ferreira et al. Manual de Hematologia: Clínica e Laboratorial. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018 (ou edições mais recentes). OPLUSTIL, Carmen Paz. Procedimentos Básicos em Microbiologia Clínica. 3. ed. São Paulo: Sarvier, 2016 (ou edições mais recentes). MURRAY, Patrick R. et al. Microbiologia Médica. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021 (ou edições mais recentes). STRASINGER, Susan King; DI LORENZO Schaub, Marjorie. Urinálise e Líquidos Corporais. 1. ed. São Paulo: LMP, 2009 (ou edições mais recentes). SOCIEDADE BRAS. DE PATOLOGIA CLÍNICA/MEDICINA LABORATORIAL (SBPC/ML) e CONTROL LAB. Recomendações da SBPC/ML: Boas Práticas em Laboratório Clínico. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE / ANVISA. RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005 (e suas atualizações, como a recente RDC nº 978, de 6 de junho de 2025, que a substitui ou complementa). Dispõe sobre o Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos e Postos de Coleta Laboratorial. CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA (CFBM). Resolução CFBM nº 004, de 1º de outubro de 1986 (e suas atualizações). Dispõe sobre as atribuições do Biomédico. CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA (CFBM). Código de Ética do Profissional Biomédico (Aprovado pela Resolução CFBM nº 307/2019). BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia para Diagnóstico Laboratorial em Saúde Pública (Publicações específicas do MS e SVS para doenças de notificação compulsória. Disponível online)	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	DIREITO
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. Fundamentais: teoria geral, direitos individuais, coletivos, sociais, políticos e de nacionalidade.. Dos Direitos e Garantias 2. Da Organização dos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. 3. Dos Atos Administrativos: vinculação e discricionariedade, elementos, atributos, classificação, espécies e extinção. 4. Das Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/21): princípios, procedimentos, fases, dispensa, inexigibilidade e modalidades licitatórias. Conceito de Contratos Administrativos, características, cláusulas exorbitantes e espécies contratuais. 5. Responsabilidade civil do Estado: teorias, requisitos, tipos, excludentes de responsabilização e ação regressiva. 6. Princípios Constitucionais do Direito Tributário: legalidade, irretroatividade, anterioridade, isonomia, capacidade contributiva e vedação ao confisco. 7. Do Sistema Tributário Nacional e dos Tributos: espécies previstas na Constituição e no Código Tributário Nacional: Reforma Tributária. 8. Direito Empresarial: teoria geral, empresário, capacidade, nome empresarial, estabelecimento e registro. 9. Das Sociedades Empresariais: regime jurídico, princípios, constituição, contrato social e modalidades. 10. Contrato de Trabalho: sujeitos, natureza jurídica, características, espécies e modalidades.	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2025. BULOS, Uadi Lamêgo. Curso de Direito Constitucional. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2025. CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2025. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 39. ed. São Paulo: Atlas, 2025. COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial: direito de empresa. 34. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, Thomson Reuters Brasil, 2025. DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 22. ed. Salvador: Juspodivm, 2025. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 38. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2025. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo brasileiro. 45. ed. Salvador: Juspodivm, 2025. SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2025. SANTA CRUZ, André. Manual de Direito Empresarial. 17. ed. Salvador: Juspodivm, 2025. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 46. ed. São Paulo: Malheiros, 2025.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	CLÍNICA MÉDICA/CARDIOLOGIA
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. Dor torácica: estratificação, fluxogramas e condutas 2. Síndrome Coronariana Aguda com e sem supra de ST 3. Emergências Hipertensivas 4. Insuficiência cardíaca descompensada 5. Choque cardiogênico: abordagem inicial 6. Emergências Hiperglicêmicas 7. Sepses 8. Pneumonias: Comunitária e Nosocomial 9. Anemia: Interpretação do Hemograma e Diagnóstico Diferencial 10. Distúrbios Hidroeletrolíticos e Acidobásicos	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
ZAGO, Marco Antonio. et al. Tratado de Hematologia. 2ª Edição. Atheneu, 2025. KAUSHANSKY, Kenneth et al. Williams Hematology. 10. ed. New York: McGraw-Hill Education, 2021. DE Barros e Silva et al. Diretriz Brasileira de Atendimento à Dor Torácica na Unidade de Emergência – 2025. ACC/AHA/ACEP/NAEMSP/SCAI. 2025 ACC/AHA/ACEP/NAEMSP/SCAI Guideline for the Management of Patients With Acute Coronary Syndromes: A Report of the American College of Cardiology/American Heart Association Joint Committee on Clinical Practice Guidelines. American College of Cardiology, 2025. Disponível em: https://www.ahajournals.org/doi/10.1161/CIR.0000000000001309. Acesso em: 24 nov 2025. RHODES, A. et al. Surviving Sepsis Campaign: International Guidelines for Management of Sepsis and Septic Shock 2021. Intensive Care Medicine, v. 47, p. 1181–1247, 2021. Disponível em: https://www.sccm.org. Acesso em: 22 nov. 2025. SPECIAL ARTICLE. J. bras. pneumol. 44 (05). Sep- Oct 2018 https://doi.org/10.1590/S1806-37562018000000130 . Acesso em: 22 nov 2025. Brandão et al. Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial – 2025. Acesso em: 23 nov 2025. Diabetes Care. Supplement 1, v. 47, 2024. Disponível em: https://diabetesjournals.org/care/issue/47/Supplement_1. Acesso em: 23 nov. 2025. LOSCALZO, J. et al. Medicina interna de Harrison. 21. ed. Porto Alegre: AMGH, 2024. 2 v. 2025 Concise Clinical Guidance: An ACC Expert Consensus Statement on the Evaluation and Management of Cardiogenic Shock: A Report of the American College of Cardiology Solution Set Oversight Committee. Journal of the American College of Cardiology, Vol. 85 No. 16 Disponível em: https://www.jacc.org/doi/10.1016/j.jacc.2025.02.018. Acesso em: 23 nov 2025.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. Modificações do Organismo Materno na Gravidez. 2. Assistência Pré-Natal. 3. Hemorragias da primeira e segunda metade da Gravidez. 4. Diabetes Gestacional. 5. Doença Hipertensiva Específica da Gestação. 6. Fisiologia menstrual. 7. Sangramento uterino anormal. 8. Doença Inflamatória Pélvica 9. Endometriose 10. Climatério	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
BEREK, J.S; Berek e Novak: Tratado de Ginecologia. 16a edição, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. CUNNINGHAM, F G. Obstetrícia de Williams. 25ªed. Grupo A, 2021 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. Manual de gestação de alto risco [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022. PASSOS, Eduardo P. Rotinas em Ginecologia. 7ªed. Grupo A, 2017. MARTINS-COSTA, Sérgio. Rotinas em Obstetrícia.: Grupo A, 2017. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Básica, no 32. Brasília-DF, 2012. MONTENEGRO, Carlos Antonio B.; FILHO, Jorge de R. Rezende Obstetrícia Fundamental, 14ª edição. Grupo GEN, 2017. SPEROFF, L; FRITZ, M. A. Endocrinologia Ginecológica Clínica e Infertilidade. 8a edição, São Paulo: Revinter, 2014. ZUGAIB, Marcelo; FRANCISCO, Rossana Pulcineli V. Zugaib obstetrícia 4a ed. Editora Manole, 2020. LASMAR, Ricardo B. Tratado de Ginecologia. Grupo GEN, 2017.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	PEDIATRIA
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. Reanimação Neonatal 2. Sepses Neonatal 3. Icterícia Neonatal 4. Febre sem sinais localizatórios 4. Asma 5. Suporte Avançado de vida Pediatria 6. Avaliação do desenvolvimento Neuro psicomotor 7. Vacinação 8. Alimentação na Infância 9. Infecção do trato urinário 10. Anafilaxia	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
ALMEIDA, Maria Fernanda Branco de; GUINSBURG, Ruth. Reanimação do recém-nascido ≥ 34 semanas em sala de parto: diretrizes 2022 da Sociedade Brasileira de Pediatria. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2022 GUINSBURG, Ruth; ALMEIDA, Maria Fernanda Branco de. Reanimação do recém-nascido < 34 semanas em sala de parto: diretrizes 2022 da Sociedade Brasileira de Pediatria. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2022. MACDONALD, Mhairi G.; SESHIA, Mary M. K. Avery: Neonatologia – Fisiopatologia e Tratamento do Recém-Nascido. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Sepses neonatal precoce e a abordagem do recém-nascido de risco: o que há de novo. Documento Científico Nº 11, 15 de junho de 2022. Rio de Janeiro: SBP, 2022 SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Hiperbilirrubinemia indireta no período neonatal (Icterícia neonatal): recomendações para tratamento e manejo. 2021. Rio de Janeiro: SBP, 2021 SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Departamentos Científicos de Pediatria Ambulatorial e de Infectologia (2019–2021). Manejo da Febre Aguda. Rio de Janeiro: SBP, 2021 GLOBAL INITIATIVE FOR ASTHMA. 2025 GINA Strategy Report: Global Strategy for Asthma Management and Prevention. Fontana, WI, USA: GINA, 2025 MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019 AMERICAN HEART ASSOCIATION. Suporte Avançado de Vida em Pediatria (PALS) – Manual do Provedor. 1. ed. [S. l.]: American Heart Association, 2021 CARDONA, V.; ANSOTEGUI, I. J.; EBISAWA, M.; EL-GAMAL, Y.; FERNANDEZ RIVAS, M.; FINEMAN, S.; et al. World Allergy Organization Anaphylaxis Guidance 2020. World Allergy Organ J., v. 13, n. 10, p. 100472, 2020. doi:10.1016/j.waojou.2020.100472. KLIEGMAN, Robert M.; ST. GEME III, Joseph W.; SCHOR, Nina F.; et al. Nelson Tratado de Pediatria. 21. ed. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2022. ISBN 978-85-95158-26-9 SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Tratado de Pediatria. 6. ed. 2 v. Rio de Janeiro: Editora Manole; São Paulo: Editora Manole, 2024	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes organizacionais, financiamento e controle social. 2. Método Clínico Centrado na Pessoa (MCCP). 3. Hipertensão arterial sistêmica: diagnóstico, estratificação de Risco e Manejo Integral na Atenção Primária à Saúde. 4. Diabetes Mellitus na Atenção Primária à Saúde. 5. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e Processos de Trabalho na Atenção Primária à Saúde. 6. Medicina Baseada em Evidência: Aplicação Crítica e Tomada de Decisão Compartilhada na Atenção Primária à Saúde. 7. Assistência Pré-natal no Brasil e Manejo Integral na Medicina de Família. 8. Manejo Integral de Tuberculose na Atenção Primária à Saúde. 9. Atenção Integral e Cuidado Longitudinal no Desenvolvimento Infantil. 10. Saúde Mental na Atenção Primária: Acolhimento, Manejo Integral e Articulação com a Rede de Cuidado Psicossocial.	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Brasília: Diário Oficial da União, 2017. BRASIL. Ministério da Saúde. Caderneta de Saúde da Criança. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica nº 32 – Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica nº 34 – Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. I.; GIUGLIANI, E. R. J.; et al. Medicina Ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. Porto Alegre: Artmed, 2022. GUSSO, G.; LOPES, J. M. C.; DIAS, L. C. (Org.). Tratado de Medicina de Família e Comunidade – Princípios, formação e prática. 2 v. Porto Alegre: Artmed/Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788582715369. JAMESON, J. L.; FAUCI, A. S.; KASPER, D. L.; et al. Harrison: Medicina Interna. 2 v. Porto Alegre: AMGH/Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788580556346. ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. Epidemiologia & Saúde. Rio de Janeiro: MedBook Editora, 2017. E-book. ISBN 9786557830000. SACKETT, D. L.; et al. Medicina Baseada em Evidências. Porto Alegre: Artmed, 2010. STARFIELD, B. Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília:UNESCO/Ministério da Saúde, 2002. STEWART, M.; et al. Medicina Centrada na Pessoa: transformando o método clínico. Porto Alegre: Artmed, 2017. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA (SBC). Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial. 2020. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES (SBD). Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2023–2024. São Paulo: SBD, 2023.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	PSIQUIATRIA
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. Classificação e Diagnóstico em Psiquiatria 2. Transtornos do Humor 3. Transtornos de Ansiedade, TOC e TEPT 4. Transtornos do Espectro da Esquizofrenia e outros transtornos psicóticos 5. Transtornos relacionados a substâncias e transtornos aditivos 6. Psiquiatria Infantil e Adolescente 7. Psiquiatria do Idoso (Geriátrica) 8. Psicofarmacologia 9. Psiquiatria Forense 10. Psicoterapias	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
KAPLAN, Harold I. et al. Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica. Editado por Benjamin J. Sadock, Virginia A. Sadock, Pedro Ruiz. American Psychiatric Association. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-5-TR. World Health Organization. ICD-11: Clinical Descriptions and Diagnostic Guidelines. NARDI, Antonio Egidio; DA SILVA, Antônio Geraldo; QUEVEDO, João (org.). Tratado de Psiquiatria da Associação Brasileira de Psiquiatria. Porto Alegre: Artmed, 2021. (Versão impressa e digital). National Institute for Health and Care Excellence (NICE). Guidelines for Anxiety Disorders e PTSD American Academy of Child and Adolescent Psychiatry (AACAP) Practice Parameters. ASSUMPÇÃO JR, Francisco Baptista; KUCZYNSKI, Evelyn (Orgs.). Tratado de psiquiatria da infância e da adolescência. 4. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2022. Conselho Federal de Medicina – Resoluções e normativas sobre perícia médica. Beck, J. Cognitive Behavior Therapy: Basics and Beyond.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	FARMACOLOGIA
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. Farmacocinética clínica 2. Farmacologia e farmácia clínica dos benzodiazepínicos 3. Farmacologia e farmácia clínica dos antineoplásicos 4. Farmacologia e farmácia clínica dos anti-inflamatórios não-esteróides 5. Farmacologia e farmácia clínica dos anti-hipertensivos 6. Farmacologia e farmácia clínica do tratamento dos antidepressivos 7. Farmacologia e farmácia clínica dos antibióticos beta-lactâmicos 8. Farmacologia e farmácia clínica dos antidiabéticos orais 9. Sinalização celular 10. Metabolismo de carboidratos	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
BRUNTON, L. L.; CHABNER, B. A.; KNOLLMANN, B. C. As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman. 14. ed. Porto Alegre: Artmed/AMGH, 2025. KATZUNG, B. G.; VANDERAH, T. W. Farmacologia básica e clínica. 15. ed. Porto Alegre: Artmed/AMGH, 2022. FUCHS, F.D.; WANMACHER, L; Farmacologia Clínica e Terapêutica. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. WELLS, B.G.; DIPIRO, J.T.; SCHWINGHAMMER, T.L.; DIPIRO, C.V. Manual de Farmacoterapia. 9ª Ed. Porto Alegre: AMGH, 2016. MARTIN, C.P.; TALBERT, R.L. Guia de farmacoterapia. Porto Alegre: AMGH, 2015. Nelson, D. L.; Cox, M. M.; Hoskins, A. A. Princípios de bioquímica de Lehninger. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022. Tradução e revisão técnica: Carla Dalmaz; Carlos Termignoni; Maria Luiza Saraiva-Pereira.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	ECONOMIA
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. O modelo IS-LM em uma economia fechada e aberta. 2. Curva de Phillips original e expandida, o problema da inflação e o trade-off entre inflação e desemprego. 3. Modelos tradicionais de crescimento econômico: Harrod-Domar, Solow e modelos de crescimento endógeno. 4. Modelos de expectativas racionais, macroeconomia novo-clássica e novo keynesiana de equilíbrio contínuo dos mercados. 5. Teoria do consumidor. 6. Teoria da firma. 7. Custos de produção e formação de preços de mercado em estrutura de Oligopólio. 8. Equilíbrio geral e teoremas do bem-estar social. 9. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. 10. Inferência Estatística: estimadores e testes de hipóteses	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
BLANCHARD, O. Macroeconomia. 5 ed. São Paulo: Pearson Education, 2011. DORNBUSH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. Macroeconomia. 11 ed. São Paulo: Mc GrawHill do Brasil, 2013. FERGUSON, C. E. Microeconomia. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. JONES, C. I.; VOLLRATH, D. Introdução à Teoria do Crescimento Econômico. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier – Campus, 2015. LOPES, L. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. (Org.). Manual de Macroeconomia: básico e intermediário. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014. KMENTA, Jan. Elementos de econometria. Teoria estatística básica. Volume 1. São Paulo: Atlas, 1988. MEYER, Paul L. Probabilidade: aplicações à estatística. 2. ed. PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. Microeconomia. 8 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. VARIAN, H. R. Microeconomia: uma abordagem moderna. 9 ed. São Paulo: Elsevier, 2015. BUSSAB, W.; MORETTIN, P. Estatística Básica. 9 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. Fundamentos de IA: Conceitos ANI, AGI, ASI; evolução histórica breve; agentes inteligentes e tipos; busca (cega, informada, heurística, local, adversária); CSP básico. 2. Representação e Raciocínio: Estratégias de representação do conhecimento; raciocínio probabilístico (redes bayesianas e modelos de Markov); tomada de decisão; sistemas multiagentes e coordenação. 3. Preparação de Dados: Metodologias KDD e CRISP-DM; coleta ética e pré-processamento; engenharia de features; LGPD e impacto na qualidade dos modelos. 4. Armazenamento, Visualização e Avaliação: Data Warehouse vs Data Lake; princípios de visualização em IA; métricas para classificação, regressão e clusterização; overfitting/underfitting, viés-variância e validação cruzada. 5. Aprendizado Supervisionado: Principais algoritmos (regressão linear/logística, árvores de decisão, Random Forest, SVM, Naive Bayes, k-NN); ensembles e regularização. 6. Aprendizado Não Supervisionado: Redução de dimensionalidade (PCA); agrupamento (k-means e hierárquico); regras de associação e detecção de anomalias. 7. Redes Neurais: Arquitetura básica e funções de ativação; backpropagation e gradiente estocástico; problemas (vanishing gradient); regularização (L1/L2, Dropout, Early Stopping). 8. Processamento de Linguagem Natural: Análise léxica, sintática e semântica; representações (Bag-of-Words, TF-IDF, word embeddings); modelos (n-gramas, LSTM, Transformer/BERT); tarefas principais e aplicações. 9. Visão Computacional: Tarefas fundamentais (classificação, detecção, segmentação); redes convolucionais (CNNs); transferência de aprendizado; desafios éticos. 10. Engenharia para IA: Ciclo de vida de projetos de IA; desafios (não-determinismo, deriva); práticas MLOps (pipelines, versionamento, monitoramento); implantação ética.	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
BRUCE, Andrew; BRUCE, Peter. Estatística prática para cientistas de dados: 50 conceitos essenciais. Alta Books, 2019. CARVALHO, André C. P. L. F. de; MENEZES, Angelo Garangau; BONIDIA, Robson Parmezan. Ciência de dados: fundamentos e aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2018 DORLE, Saurabh D. Ultimate MLOps for Machine Learning Models: Use Real Case Studies to Efficiently Build, Deploy, and Scale Machine Learning Pipelines with MLOps. Delhi: Orange Education Pvt. Ltd., 2024. FACELI, Katti; LORENA, Ana Carolina; GAMA, João; ALMEIDA, Tiago Agostinho de; CARVALHO, André Carlos Ponce de Leon Ferreira. Inteligência artificial: uma abordagem de aprendizado de máquina. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021. FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia Priscilla. Manual de análise de dados: estatística e machine learning com Excel, SPSS, Stata, R e Python. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2024. GUARDELLI, Enrico. Mineração de Dados (Data Mining) & IA: conceitos, fundamentos e aplicações. 1. ed., 2024. LANE, Harrison; HOWARD, Cole; HAPKE, Hannes. Natural language processing in action: understanding, analyzing, and generating text with Python. Shelter Island: Manning Publications, 2019. McSILL, James. Storytelling e inteligência artificial: como reinventar o marketing digital com verdade, emoção e propósito. São Paulo: DVS Editora, 2025. MORETTIN, Pedro Alberto; SINGER, Júlio da Motta. Estatística e ciência de dados. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2025. PIEGORSCH, Walter W.; LEVINE, Richard A.; ZHANG, Hao Helen; LEE, Thomas C. M. Computational statistics in data science. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2022. ROETZER, Paul; KAPUT, Mike. Marketing Artificial Intelligence: AI, Marketing, and the Future of Business. New York: McGraw-Hill Education, 2022. RUSSELL, S. J.; NORVIG, P. Inteligência artificial: uma abordagem moderna. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. SHARDA, R.; DELEN, D.; TURBAN, E. Business intelligence e análise de dados para gestão do negócio. Porto Alegre: Grupo A, 2019. SICSÚ, A. L.; DANA, S. Estatística aplicada: análise exploratória de dados. São Paulo: Saraiva, 2012. SERRA, James. Decifrando arquiteturas de dados: escolhendo entre data warehouse moderno, data fabric, data lakehouse e data mesh. São Paulo: Novatec Editora, 2024.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	MÚSICA - INSTRUMENTOS DE CORDAS FRICCIONADAS
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. Estratégias para ensino coletivo em grupo de repertório Romântico para instrumentos de arco/cordas friccionadas 2. Estratégias para ensino individual de repertório Brasileiro de instrumento de arco/cordas friccionadas 3. Estratégias para ensino coletivo em grupo de repertório Brasileiro para instrumentos de arco/cordas friccionadas 4. Formações coletivas e repertório característico de instrumentos de arco/cordas friccionadas 5. Fundamentos e estratégias para ensino coletivo em grupo de instrumentos de arco/cordas friccionadas 6. Estratégias para ensino individual de repertório Barroco de instrumento de arco/cordas friccionadas 7. Estratégias para ensino coletivo em grupo de repertório Barroco para instrumentos de arco/cordas friccionadas 8. Estratégias para ensino individual de repertório Clássico de instrumento de arco/cordas friccionadas 9. Estratégias para ensino coletivo em grupo de repertório Clássico para instrumentos de arco/cordas friccionadas 10. Estratégias para ensino individual de repertório Romântico de instrumento de arco/cordas friccionadas	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
ABREU, Maria de Lourdes. O violoncelo em Portugal: história e prática. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. AMU, Ephraim. African music for strings. Accra: Ghana Publishing, 1974. BARRIOS MANGORÉ, Agustín. Obras completas para guitarra e cordas. Paris: Max Eschig, 1990. BRAGAGNOLO, L.; SANCHEZ, L. P. Práticas em pesquisa artística: performance, criação e cultura contemporânea. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024. CERQUEIRA, Daniel Lemos. <i>Métodos e técnicas de pesquisa em música</i>. São Luís: UAB/UEMAnet, 2017. DYENS, Roland. Tria ex uno: trio de cordas. Paris: Lemoine, 1999. LEE, Sebastian. 40 easy etudes for violoncello, op. 70. New York: International Music Company, 1948. MALUF, Marialice. Pedagogia das cordas: práticas coletivas e ensino-aprendizagem. São Paulo: Annablume, 2008. MIGNONE, Francisco. Quartetos de cordas. São Paulo: Ricordi Brasileira, 1970. MOLINARI, Paula Maria Aristides de Oliveira; LE GUERN, Philippe. O manifesto que conclamou a pesquisa artística: The Artistic Turn sob o olhar de pesquisadores do Brasil e do Chile. Infinitum: Revista Multidisciplinar, v. 7, n. 13, p. 1–6, 13 dez. 2024. Disponível em: https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/infinitum/article/view/25402. Acesso em: 27 out. 2025. NKETIA, J. H. Kwabena. The music of Africa. Berkeley: University of California Press, 1974. SIMANDL, Franz. New method for the double bass. New York: Carl Fischer, 1904. TARRÈS, Isabel Vilà. La enseñanza del violín en Latinoamérica. Barcelona: DINSIC, 2007.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

ÁREA DE CONHECIMENTO	MÚSICA - INSTRUMENTOS DE SOPRO DE METAL
RELAÇÃO DOS TEMAS DAS PROVAS	
1. Estratégias para ensino coletivo em grupo de repertório Romântico para instrumentos de arco/cordas friccionadas 2. Estratégias para ensino individual de repertório Brasileiro de instrumento de arco/cordas friccionadas 3. Estratégias para ensino coletivo em grupo de repertório Brasileiro para instrumentos de arco/cordas friccionadas 4. Formações coletivas e repertório característico de instrumentos de arco/cordas friccionadas 5. Fundamentos e estratégias para ensino coletivo em grupo de instrumentos de arco/cordas friccionadas 6. Estratégias para ensino individual de repertório Barroco de instrumento de arco/cordas friccionadas 7. Estratégias para ensino coletivo em grupo de repertório Barroco para instrumentos de arco/cordas friccionadas 8. Estratégias para ensino individual de repertório Clássico de instrumento de arco/cordas friccionadas 9. Estratégias para ensino coletivo em grupo de repertório Clássico para instrumentos de arco/cordas friccionadas 10. Estratégias para ensino individual de repertório Romântico de instrumento de arco/cordas friccionadas	
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	
ARBAN, Joseph. Complete conservatory method. New York: Charles Colin, 1981. BALAY, Jean-Baptiste. Complete method for trumpet. Book 2. Paris: Alphonse Leduc, 1914. BRAGAGNOLO, L.; SANCHEZ, L. P. Práticas em pesquisa artística: performance, criação e cultura contemporânea. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024. CLARKE, Herbert L. Technical studies. New York: Carl Fischer, 1934. CERQUEIRA, Daniel Lemos. Métodos e técnicas de pesquisa em música. São Luís: UAB/UEMAnet, 2017. COUTO E SILVA, Paulo. Da interpretação musical. Porto Alegre: Globo, 1960. DERBOLOWSKY, Udo. Respirar direito. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. FARKAS, Philip. The art of brass playing. Evanston: Summy-Birchard, 1956. MOLINARI, Paula Maria Aristides de Oliveira; LE GUERN, Philippe. O manifesto que conclamou a pesquisa artística: The Artistic Turn sob o olhar de pesquisadores do Brasil e do Chile. Infinitum: Revista Multidisciplinar, v. 7, n. 13, p. 1–6, 13 dez. 2024. Disponível em: https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/infinitum/article/view/25402. Acesso em: 27 out. 2025. BENNETT, Roy. Instrumentos de orquestra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

EDITAL Nº 01 DE 12 DE JANEIRO DE 2026
CONCURSO PÚBLICO PARA DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

ANEXO VIII

QUANTIDADE DE VAGAS X NÚMERO MÁXIMO DE CANDIDATOS APROVADOS

QTDE. DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL POR CARGO OU EMPREGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
NÚMERO MÁXIMO DE CANDIDATOS APROVADOS	5	9	14	18	22	25	29	32	35	38



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

EDITAL Nº 01 DE 12 DE JANEIRO DE 2026
CONCURSO PÚBLICO PARA DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

ANEXO IX

**ORDEM DE CONVOCAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA ENTRE AMPLA CONCORRÊNCIA E VAGAS
RESERVADAS (COTAS)**

ORDEM CLASSIFICATÓRIA	
Inscritos: AC- Ampla Concorrência, PN-Negros, PI- Indígenas, PQ-Quilombolas, PCD - Pessoas com Deficiência	
Ordem de Convocação	Opção de Participação
1	AC
2	PN
3	AC
4	AC
5	PCD
6	AC
7	PN
8	AC
9	PI
10	AC
11	PQ
12	AC
13	PN
14	AC
15	AC
16	AC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
GABINETE DA REITORIA

17	PN
18	AC